



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS  
PPGMSBC  
MESTRADO PROFISSIONAL

ADES TERESA SANCHEZ Y VACAS

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS DA FACULDADE DE  
DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL DE 1974 A  
2017**

Canoas  
2019

ADES TERESA SANCHEZ Y VACAS

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS  
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL DE 1974 A 2017**

Memorial Descritivo do Projeto de Livro apresentado ao Curso de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle como requisito parcial para a obtenção do título de mestrado em Memórias Sociais e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiana Maia Vargas

Coorientadora: Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin

Canoas

2019

ADES TERESA SANCHEZ Y VACAS

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS DA FACULDADE DE  
DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL DE 1974 A  
2017**

Memorial Descritivo do Projeto de Livro apresentado ao Curso de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Memórias Sociais e Bens Culturais.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Tatiana Maia Vargas (orientadora) - Unilasalle

---

Profa. Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin (coorientadora) - Unilasalle

---

Profa. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan

---

Profa. Dra. Mônica Karawejczyk

Dedico esse trabalho a minha mãe (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Nominar as pessoas às quais sou grata é um desafio tão grande quanto escrever uma dissertação, pois existem questionamentos a respeito sobre o quê e para quem os agradecimentos são dirigidos, sem que se esqueça pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me proteger nessa caminhada tão árdua, silenciosa e solitária que é a Academia – com certeza, ela é para poucos – e dedicados! – pois sem esta característica aliada ao comprometimento muito pouco ou nada se faz.

Em segundo lugar, faço um agradecimento especial à minha orientadora e à coorientadora, professoras doutoras Tatiana Maia Vargas e Cleusa Graebin, respectivamente, que serviram como pontes entre a pesquisa e minha pessoa. Muito obrigada por fazerem me sentir motivada e superar os obstáculos na redação deste trabalho.

Também agradeço a minha família, principalmente aos meus filhos de sangue – Franciele Sanchez y Vacas e Erik Sanchez y Vacas –, aos meus filhos de coração – Patrick Sader e Heidy Hofmann – e aos meus filhos emprestados – João Carlos de Almeida da Rosa e Guilherme Mucelin. Todos, de sua maneira, contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse vencer esta etapa que se traduz, para mim, em uma conquista tão importante. Não posso também deixar de agradecer a Agustin Miguel Sanchez y Vacas pelo apoio que sempre me deu para que pudesse continuar nessa trilha que se chama mestrado.

Sou grata igualmente aos meus colegas Wenderson Farias e Josiane Bitello Kerbes por serem meus parceiros durante o período de sala de aula, que sempre me apoiaram e nunca desistiram de mim. Agradeço da mesma forma a todas as pessoas que de sua maneira estiveram presentes na minha vida e que me ajudaram a superar, mesmo com a distância, esse momento tão difícil que foi concluir o mestrado. Não posso deixar de agradecer ao professor Marcos Catalan que foi o primeiro a incentivar a falar sobre as mulheres de uma forma geral, e à professora Tatiana Maia Vargas, que complementou a temática relativamente às mulheres da Faculdade de Direito UFRGS.

Sou grata à Universidade Federal do Rio Grande Sul, à qual dedico os meus 35 anos de trabalho, especialmente à Escola de Desenvolvimento dos Servidores (EDUFRGS), por ajudar através de apoio financeiro para que o quadro de técnicos administrativos, do qual faço parte, possa se capacitar e, assim, pude concluir mais esta importante etapa.

Durante toda minha jornada na UFRGS até esse momento tive vários momentos especiais na Instituição a qual sempre tive orgulho e zelo, como se fosse minha própria casa. Meus mais sinceros agradecimentos por ter me proporcionado mais essa caminhada.

Agradeço à direção da Faculdade de Direito UFRGS, ao Prof. Danilo Knijnik e ao Prof. Rodrigo Valin de Oliveira, que me apoiaram desde a primeira solicitação feita para poder estudar, assim como minha chefia imediata, Professor Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, do setor no qual sou lotada.

Principalmente, agradeço às professoras da Faculdade de Direito da UFRGS: Sulamita, Vivian, Vanessa, Martha, Simone, Tula e Claudia, cabendo a esta última um agradecimento especial, pelo trabalho em conjunto quase diário nos vinte e poucos anos de convívio. Agradeço a todas vocês que dedicaram seu tempo dando seu depoimento para que eu pudesse desenvolver e concluir meu trabalho de mestrado. Meu muito obrigada.

Agradeço minhas amigas do coração Rosmari de Azevedo, Cleuza Guedes e Margarida Espindola por terem tido paciência e aguentarem a dizer tantas e tantas vezes “hoje não posso”, “dessa vez eu passo” e assim por diante. Muito obrigada pelo carinho e pela compreensão.

Agradeço à UNILASALLE, que me deu a oportunidade de fazer novos amigos, reencontrar pessoas que há muito tempo não via. E muito mais que tudo isso, agradeço a oportunidade de encontrar pessoas de competência ímpar – professores que compõem o quadro de docentes do PPGM, tendo cada um deles demonstrado sua sabedoria, fazendo com que eu aproveitasse ao máximo, ao longo desses dois anos de convivência, as oportunidades.

E, por fim, agradeço a mim por ter criado, mesmo diante das dificuldades, forças que nem sabia existirem dentro de mim para que eu pudesse chegar ao topo e refletisse: foi difícil, mas valeu cada segundo.

Obrigada.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Seu objetivo principal é analisar a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, entre o período 1974 e 2017, a partir de suas memórias. Perquire-se, como base para a pesquisa, quais os possíveis impactos das memórias das docentes em suas trajetórias profissionais. Para responder tal questionamento, é utilizada a metodologia científica baseada em entrevistas e análise documental e bibliográfica e de caráter monográfico. Conclui-se que determinadas situações afetam sobremaneira as trajetórias profissionais e que o discurso se repete no tempo com diferentes pessoas.

**Palavras-chave:** Memória. Faculdade de Direito da UFRGS. Docentes mulheres.

## **ABSTRACT**

This research has as theme the professional trajectory of the female professors of the Faculty of Law of the Federal University of Rio Grande do Sul - UFRGS. The main objective is to analyze the professional trajectory of the professors of the Faculty of Law of UFRGS among the period of 1974 and 2017 based on their memories. As a basis for the research, we investigate the possible impacts of the professors' memories on their professional trajectories. To answer such questioning, the scientific methodology is used based on interviews, documental, bibliographic analysis and monographic nature. It is concluded that certain situations influence the professional trajectories and that the discourse repeats itself in time with different people.

**Keywords:** Memory. UFRGS Law School. Female professors.



*Sentir, amar, sofrer, devotar-se,  
será sempre o texto da vida das mulheres.*

HONORÉ DE BALZAC

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Relação de professoras, seus departamentos e ingressos.....	31
Quadro 2 – Perguntas pré-formuladas para a realização das entrevistas.....	33
Foto 1 - Sulamita Terezinha Santos Cabral.....	34
Foto 2 - Vivian Josete Pantaleão Caminha.....	40
Foto 3 - Claudia Lima Marques.....	43
Foto 4 - Martha Lucía Olivar Jimenez.....	50
Foto 5 - Vanessa Chiari Gonçalves.....	53
Foto 6 - Simone Tassinari Cardoso Fleischmann.....	59
Foto 7 - Tula Wesendonck.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>DIR1</b>	- Departamento de Ciências Penais
<b>DIR2</b>	- Departamento de Direito Privado e Processo Civil
<b>DIR3</b>	- Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito
<b>DIR4</b>	- Departamento de Direito Econômico e do Trabalho
<b>DOU</b>	- Diário Oficial da União
<b>FD</b>	- Faculdade de Direito
<b>MEC</b>	- Ministério de Educação e Cultura
<b>OAB</b>	- Ordem dos Advogados do Brasil
<b>PUC</b>	- Pontifícia Universidade Católica
<b>TARF</b>	- Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado
<b>TRE</b>	- Tribunal Regional Eleitoral
<b>TJ</b>	- Tribunal de Justiça
<b>UFRGS</b>	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>15</b>
<b>3 PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	<b>16</b>
<b>4 OBJETIVOS</b> .....	<b>17</b>
4.1 OBJETIVO GERAL .....	17
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	17
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	<b>18</b>
<b>6 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS DOCENTES MULHERES DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS</b> .....	<b>21</b>
<b>7 ECOS DAS VOZES DAS MULHERES DOCENTES NA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS</b> .....	<b>37</b>
7.1 SULAMITA TEREZINHA SANTOS CABRAL .....	37
7.2 VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA.....	43
7.3 CLAUDIA LIMA MARQUES .....	46
7.4 MARTHA LUCÍA OLIVAR JIMENEZ .....	53
7.5 VANESSA CHIARI GONÇALVES .....	56
7.6 SIMONE TASSINARI CARDOSO FLEISCHMANN.....	62
7.7 TULA WESENDONCK .....	68
<b>8 INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS DAS VOZES DAS PROFESSORAS</b> .....	<b>72</b>
8.1 A INFLUÊNCIA DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL.....	72
8.2 “MULHERES-ESPELHO” .....	73
8.3 PROFISSÕES “TÍPICAMENTE FEMININAS” VINCULADAS A AFAZERES DOMÉSTICOS .....	76
8.4 AUTOCONCEITUAÇÃO PELA MEMÓRIA ORGULHOSA.....	78
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O objetivo principal é analisar a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, inicialmente entre o período 1959 e 2017, mas por conta da indisponibilidade de dados<sup>1</sup>, o período ficou restrito do ano de 1974 até 2017, dando-se por meio da escuta e registro das memórias das docentes da referida Instituição.

O interesse se dá pela entrada da mulher no mercado de trabalho, fato significativo no mundo contemporâneo que gera transformações nas áreas da economia, política e cultura. Muitos são os fatos que contribuem para essas transformações, sendo alguns deles o desenvolvimento dos mercados industrial e comercial brasileiros, em que muitas mulheres possuem um grande destaque profissional; a expansão da urbanização na qual a mulher tem uma ligação e responsabilidade no seu desenvolvimento; a responsabilidade feminina em ajudar no sustento da família; a formação acadêmica e profissional.

A Universidade, nesse contexto, entra com um aspecto marcante, pois é no âmbito acadêmico, por meio do ensino e da pesquisa, que a mão-de-obra, especialmente feminina, é inserida no mercado de trabalho. E isso é uma realidade constante nas universidades brasileiras, que funcionam como meio para a inserção e ascensão da mulher em profissões que antes eram consideradas predominantemente masculinas.

Dessa forma, a pergunta norteadora para este trabalho é: como se deu a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no período referido e quais foram as memórias que contribuíram para isso?

Percebemos que a mulher vem ganhando espaço e desenvolvendo uma identidade de grandes progressos nas últimas décadas no contexto jurídico, sabendo hoje, do perceptível aumento do número de mulheres professoras e alunas dentro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>2</sup>, a qual

---

<sup>1</sup>Indisponibilidade de dados, obedecendo a metodologia desta pesquisa, com relação às professoras Isabela Ferlini e Guiomar Theresinha Estrella Faria, porque já faleceram, impossibilitando, dessa forma, as entrevistas.

<sup>2</sup> Não foram encontrados dados específicos a respeito da UFRGS. Entretanto, dados gerais do INEP demonstram um aumento de mais de 600.000 mulheres estudantes de nível superior no intervalo de

é o foco de nossa pesquisa, e também exercendo cargos de advogadas, promotoras de justiça e magistradas. Tal conclusão advém também da expansão participativa nas inscrições de mulheres na OAB do Rio Grande do Sul, conforme informação da seccional gaúcha, e já em 2017 o número é de grande expressão, assim como no Poder Judiciário o número de mulheres magistradas é muito representativo<sup>3</sup>.

Portanto, o interesse em desenvolver um estudo voltado à trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) não se resume apenas à sistematização e desenvolvimento do mercado de trabalho no qual estas docentes estão inseridas, mas também tem como pressuposto a percepção da influência deste contexto em suas vidas, que através de novas estruturas profissionais desconstrói os dogmas do mercado de trabalho jurídico.

Isso porque, ainda que os dados demonstrem um aumento na presença de mulheres nas Faculdades de Direito, como estudantes ou docentes, esses números ainda são discretos, e refletem as dificuldades encontradas por essas mulheres no mercado de trabalho: ainda que os números de estudantes mulheres e homens sejam parecidos, o percentual de mulheres ocupando espaços profissionais (tanto na docência quanto em outras carreiras jurídicas) ainda é baixo, o que não deixa de ser um reflexo de uma sociedade estruturada sobre a mulher que exerce suas funções em casa, e não no mercado de trabalho.

Para sustentar nosso estudo teórico-reflexivo teremos como balizadores Candau (2012), que estuda a identidade e a memória, bem como a interação entre os indivíduos e a sociedade. Ainda, temos como marco teórico os apontamentos de Mendes (2015), que possui publicações que relacionam o papel das mulheres no contexto das carreiras jurídicas, em observância às diferenciações por gênero, demonstrando através de fatos históricos os estereótipos sociais considerados inferiores ou incapazes. E, por fim, Perrot (2005) nos dá direções sobre o estudo da história da mulher contemporânea e seu processo identitário nas nações em vias de desenvolvimento.

Assim, para esta pesquisa tivemos como procedimentos metodológicos a análise documental, uma vez que foram pesquisados dados que puderam ilustrar e

---

2009 a 2012. Na atividade docente, o aumento é mais tímido: entre 2006 e 2012, houve um aumento de 3% no percentual de docentes mulheres nas Universidades. (BARRETO, 2014)

<sup>3</sup> Dados da OAB e no Tribunal de Justiça pesquisados no sítio:

<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI265657,11049->

Dados+da+OAB+mostram+que+quase+metade+dos+advogados+do+pais+sao

contemplar informações a respeito do nosso objeto de estudo, e entrevistas semiestruturadas com professoras dos departamentos DIR1 – Departamento de Ciências Penais, DIR2 – Departamento de Direito Privado e Processo Civil, DIR3 – Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, DIR4 – Departamento de Direito Econômico e do Trabalho, todos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Buscamos assim, “não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão da realidade” (MANZINI, 2012).

Por estarmos inseridas num Programa de Mestrado Profissional, será confeccionado um produto final: a elaboração de um *e-book*, que é a versão digital de um livro convencional. Um e-Book, além de poder alcançar uma gama maior de leitores, pois possui um formato “fluído”, ou seja, se adapta a todos os tipos de tela, pode ser acessado por vários outros meios, como computadores, tablets e diferentes tipos de smartphones. Eventualmente existe a possibilidade de edição de um livro impresso, mas ainda não existem previsão ou planejamento a esse respeito.

## 2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema da trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS entre o período de 1974 a 2017 partiu de um processo reflexivo realizado por nós, em razão da longa trajetória na Universidade e, a partir disso, entendemos que ao focar nas memórias dessas mulheres, narrativas de suas trajetórias de vidas profissionais no Ensino Superior, podemos observar as posições de cada uma delas, que constituem saberes, possibilitam seus lugares no mundo jurídico e direcionam suas escolhas de vida e de identidade.

Além dos objetivos já citados, nos interessou também ouvir e registrar como essas mulheres construíram suas trajetórias de vida pessoal, familiar, cultural etc., que se interligam diretamente às suas vidas profissionais. Também se faz necessário ouvi-las para captar seus ideais, seus sonhos, a produção de suas escolhas e trajetórias.

Entendemos que esta pesquisa tem sua relevância social na proporção que as vozes dessas mulheres trazem à tona a desmistificação do discurso que mulher “não serve” e “não tem” competência técnica para o âmbito docente na área jurídica. E que elas puderam e/ou podem ser construtoras de suas próprias trajetórias profissionais, identidades e cidadania.

Compreendemos, ainda, que essa aproximação entre memória e mulher no mercado de trabalho pode representar para o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais como um “terreno de reflexão maior, ‘teórico’ como o chamariam os americanos, epistemológico, como teríamos dito nas décadas de 1970 e 1980, para pesquisa, diremos mais modestamente nos dias de hoje” (PERROT, 2005, p. 26).

Portanto, isto nos impulsionou a realizar um trabalho acadêmico contributivo ao estudo sobre a inserção de mulheres inseridas no mercado de trabalho e quais os fatores memoriais que influenciaram as suas trajetórias profissionais. Além disso, o e-book pretendido como resultado final do presente trabalho serve como mais uma ferramenta de dar voz ao feminino no Direito, tentando contribuir para diminuir a invisibilidade das mulheres que optam pela carreira docente.



### 3 PROBLEMA DE PESQUISA

Como se deu a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre os anos 1974 e 2017 a partir das memórias das docentes?

A partir da problemática central, apresentamos aqui algumas questões mais específicas que nortearam nossa pesquisa:

- a) Quais as principais mudanças institucionais e seus reflexos no corpo docente da Faculdade de Direito da UFRGS entre os anos 1974 e 2017?
- b) Essas mudanças e seus reflexos influenciaram na trajetória profissional das professoras? De que forma?
- c) Quais as características da trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS identificadas por meio da escuta de suas memórias?
- d) Qual foi o escopo de atuação das professoras dentro Faculdade de Direito da UFRGS?

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS entre o período 1974 e 2017, por meio da escuta e registro de suas memórias.

### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Observar mudanças sociais que contribuíram para a profissionalização das mulheres;
- b) observar as características da trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS mencionadas por meio de suas memórias;
- c) identificar os fatores memoriais que influenciaram na trajetória profissional das professoras docentes da referida Instituição.
- d) análise e sistematização dos relatos obtidos, com a finalidade de melhor compreender as respostas ao problema de pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

A análise documental foi desenvolvida através de arquivos disponíveis na Faculdade de Direito da UFRGS, da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Rio Grande do Sul – e do Tribunal de Justiça Gaúcho, que puderam nos auxiliar na obtenção dos dados a revelar as hipóteses presentes neste estudo. Sobre pesquisa documental, Létourneau (2011, p. 100) nos fala que este tipo de procedimento:

Exige do pesquisador atenção e vigilância em todos os momentos, bom conhecimento da origem e do contexto de produção do documento e grande capacidade de questionamento [...]. Existe uma relação estreita entre os conhecimentos que ele possui e sua aptidão para estabelecer encadeamentos, conexões e associações entre elementos informativos aparentemente distantes uns dos outros.

Além disso, utilizamos como fonte principal entrevistas com professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, ao fim de obter dados empíricos a respeito dos aspectos que considerem relevantes acerca do crescimento de número de mulheres formadas na instituição. Está de acordo com o que Bardin (2010, p. 89) nos apresenta:

Lidamos então com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa – o entrevistado – orquestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa. A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala.

Para registrar as memórias das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizamos entrevistas semiestruturadas, que segundo Manzini (2003, p. 1)

é a utilização de um roteiro previamente elaborado [...] Temos abordado o assunto entrevista, dividindo, didaticamente, esse tema em três grupos: 1) questões relacionadas ao planejamento da coleta de informações; 2) questões sobre variáveis que afetam os dados de coleta e futura análise; 3) questões que se referem ao tratamento e análise de informações advindas de entrevistas, sendo que esse último foge do objetivo do presente texto.

As entrevistas foram gravadas e então transcritas para serem analisadas. Selecionamos sete professoras, uma do departamento DIR1 – Departamento de Ciências Penais, duas do DIR2 – Departamento de Direito Privado e Processo Civil,

três do DIR3 – Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito e uma do DIR4 – Departamento de Direito Econômico e do Trabalho.

Essa forma de procedimento privilegia a metodologia da história oral, que, segundo Thompson, “devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (1998, p. 337).

A escolha das professoras foi feita de acordo com os seguintes critérios: inicialmente, pretendia-se escolher uma professora representativa de cada década da faculdade (ou seja, uma professora que tenha iniciado sua carreira em cada década). Entretanto, tal tarefa demonstrou-se impossível devido ao falecimento de duas delas. Então, o fator tempo foi restrito e foram escolhidas uma professora para cada década, entre 1970 e 2019, sendo a prof. Sulamita representante da primeira década e a prof. Tula representante da última, eis que admitida nos quadros da Universidade no ano de 2017. Ainda, houve a inclusão de mais uma docente, professora do DIR3- Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, por se tratar de uma estrangeira, e consideramos importante a colheita de sua percepção no contexto deste estudo. Isso nos possibilitou analisar a visão de uma profissional de outro país que experimentou o processo de transculturação entre sua terra natal e o Brasil.

A partir da metodologia adotada e da análise das entrevistas, foi elaborado um produto, qual seja, um e-book<sup>4</sup> com as especificações a seguir:

a) O que foi projetado

Foi projetado para confecção um livro que conta a história da trajetória profissional das docentes mulheres da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, questionando a respeito de sua trajetória profissional para verificar sua percepção a respeito de discriminações que podem ter sofrido em sua carreira docente.

b) Para quem se destina o projeto

---

<sup>4</sup> Inicialmente, o projeto de produto seria um livro impresso. Devido a circunstâncias de tempo e de custo, a autora optou por elaborar um e-book, ajudando, inclusive, na melhor divulgação e distribuição do produto, fazendo com que mais pessoas a ele tenham acesso.

O livro destina-se à comunidade científica e acadêmica interessada na trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, bem como de suas percepções a respeito de discriminação no exercício da carreira docente.

c) Onde será consumido e utilizado

Poderá ser utilizado em qualquer espaço de debate ou estudos.

d) Quando será utilizado

Sempre que for necessária a consulta às entrevistas e à elaboração de trabalhos acadêmicos sobre o tema.

e) Preço estipulado para o produto

O livro no formato e-book ficará disponível no site da Faculdade de Direito da UFRGS. Eventualmente, caso se concretize a impressão de exemplares, eles serão vendidos pelo valor de R\$ 95,00.

## **6 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DAS DOCENTES MULHERES DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS**

A verdadeira arte da memória é a arte da atenção.  
SAMUEL JOHNSON

A memória desempenha papel essencial em todos os setores da vida, sendo ela que, certamente, contribuiu para o desenvolvimento da humanidade, através não só de uma memória puramente individual ou passada para outros, mas também de uma memória coletiva, que tem o condão de cristalizar na sociedade determinados hábitos, crenças e gestos. Contudo, somente quando devida atenção é dada às memórias individuais é que se pode verificar a sua importância na construção da identidade que se consolida, dentre outros fatores, também no percorrer da trajetória profissional.

Segundo o Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura (BERNARD; KAYSER, 2017, p. 124):

Memória, no sentido primeiro do termo, é a invocação do passado, ou é a presença do passado. A história traz o passado à tona. O que a memória e a história têm em comum é o fato de ambas serem representações narrativas que propõem uma reconstrução do passado e que “se poderia chamar de registro de uma ausência de tempo”.

Assim, pode-se inferir que a memória comporta dois significados distintos: um de instância, que permite que se armazene experiências vividas, ao passo que o segundo é a recuperação de tal memória, ou seja, determinado conteúdo guardado é acessado em forma de lembrança ou recordação.

Dessa maneira, para este trabalho, memória é a faculdade de reter, armazenar, conservar impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, e que podem posteriormente ser recuperados. Em resumo podemos designar a memória como a capacidade de armazenar e evocar informações. Importante também ressaltar que a memória é moldada por diferentes fatores, sejam eles sociais, psicológicos, psíquicos, biológicos, sociais e culturais, e, assim, a memória evocada e verbalizada nunca será a lembrança propriamente dita.

Assim Candau (2012, p. 33), para quem a narrativa de um acontecimento nunca poderá ser confundida com a lembrança que os participantes de tal acontecimento têm: “As lembranças manifestadas não se confundem com as lembranças tais como são conservadas (e cujo conteúdo resta incerto, inclusive para os primeiros interessados) e são apenas a expressão parcial entre outras tantas possíveis”.

Para que se fale em memória, contudo, é imprescindível que se fale também em cultura. Sem adentrar no denso e extenso campo de batalha conceitual que envolve a cultura, o objetivo é ambientar o leitor para uma melhor compreensão deste termo, e como ele se relaciona com a memória e com a identidade.

Em um conceito genérico apresentado por Bauman (2012, p. 89), cultura “tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo mais.” E um desses atributos que une a espécie humana é a memória e a identidade. De acordo com Silva et al. (2012, p. 264-265):

Dentre as espécies portadores de SNC [sistema nervoso central], destaca-se a homo, particularmente, o homo sapiens sapiens; homem moderno cuja adaptação mais eficiente ao ambiente o tornou capaz de transformar esse meio, criando suas próprias condições de existência. Desse processo resulta uma relação singular entre ele e o meio, pois quanto mais o homem transforma o ambiente, humanizando-o, ele atinge patamares mais complexos de humanização.

Trata-se, sem dúvida, do maior acontecimento na evolução dos seres vivos: a transformação de um ser biológico em um ser cultural, ou simbólico. Nesse processo transformador da espécie humana, a memória biológica atinge uma nova configuração na evolução: torna-se uma função de representação, que permite ao homem não só representar-se mentalmente a realidade e as próprias experiências vividas ao longo do tempo, como também representar-se na realidade e nas experiências ainda não vividas. Em outras palavras, a partir da experiência humana emerge não só a memória do passado, mas também a memória do futuro; dois tipos de memória que se retroalimentam, compondo dimensões do ato criador.

É o que propõe Candau (2012, p. 9) quando refere que a memória não é apenas um dado que está guardado na biologia do cérebro e que pode ser acessado a qualquer momento, livre de quaisquer interferências. Ao contrário, afirma que “memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma constituição fiel do mesmo”, estabelecendo, igualmente, que é mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um plexo de estratégias, é um “estar aqui” que vale menos pelo que é e mais pelo que é feito com ela. É a constante presença do passado no presente, de forma a construir o

edifício identitário a partir de todas essas relações (sujeito x sujeito; sujeito x coletividade; passado x presente etc.).

Na ótica do citado autor, memória e identidade são indissociáveis. Isso porque o homem não é um ser puramente animal, senão um ser social e cultural, ou seja, a identidade se dá por meio de uma relação dialógica com o *outro*. Logo, a memória não é construída só individualmente, a partir de experiências que levam em consideração o homem como um animal isolado, mas sim de todo um complexo de experiências e relações com outros seres igualmente culturais e sociais, de modo que “toda a experiência intersubjetiva, passa-se para formas coletivas, nas quais a existência e essência são problemáticas e demandam sempre uma confirmação” (CANDAU, 2012, p. 11). Nesse sentido,

Se admitirmos que os seres humanos não são “indivíduos” atomizados, criando suas identidades e perseguindo seus objetivos independentemente uns dos outros, reconhecemos ao mesmo tempo que a sociedade existe. É necessário então supor que os sujeitos são capazes de se comunicar entre eles e acessar, assim, um compartilhamento mínimo do trabalho de produção de significações, seja um compartilhamento de conhecimentos, de saber, de representações, de crenças [...] (CANDAU, 2012, p. 31).

A construção da memória está diretamente ligada ao sentimento de identidade na medida em que ela é um fator de extrema importância no sentimento de continuidade, pertencimento e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua (re)construção e/ou adaptação.

Assim, um homem sem memória perde a sua capacidade conceitual e cognitiva, sua identidade desvanece e este passa então a só produzir pensamentos sem duração. Sem memória não é possível contratos ou vínculos sociais, não há mais sociedade ou identidade social ou coletiva, não há mais saber.

Importa, desde já, sublinhar que o efeito da memória é proporcional à sua força e inversamente proporcional ao tamanho do grupo em que é evocada, surgindo, a partir deste postulado de Candau, diferentes tipos, como a forte e a fraca. Sobre ser proporcional à sua força temos que por memória forte, entende-se:

Denomino memória forte uma memória massiva, coerente, compacta e profunda, que se impõe a uma grande maioria dos membros de um grupo, qualquer que seja seu tamanho, sabendo que a possibilidade de encontrar tal memória é maior quando o grupo é menor. Uma memória forte é uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade. Quando essa memória é própria de um grupo



extenso, falarei de uma grande memória organizadora (CANDAU, 2012, p. 44).

Já no que toca memória fraca, diz-se que:

Denomino memória fraca uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível. Uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido de que pode contribuir para a desestruturação de um grupo. (CANDAU, 2012, p. 44).

Sobre ser inversamente proporcional ao tamanho do grupo, Halbwachs (1990, *passim*) traz o exemplo comparativo entre uma aldeia e uma cidade grande. Ao passo que na cidade é fácil esquecer e fazer-se esquecer, porque existe todo um conjunto muito maior de indivíduos que a compõe, na aldeia tal é mais difícil, já que os indivíduos encontram-se em um grupo bem menor que na cidade e, por conta disso, não cessam de se observar, registrando fielmente tudo o que ocorre, agindo sobre essa pequena comunidade e contribuindo, assim, para modificá-la através do real compartilhamento de tais memórias.

O autor também aponta uma possibilidade de uma memória estritamente individual quando diz que “nos expomos quando pretendemos que só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes de pensamento coletivo” (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Mas ele também transmite a ideia de que mesmo quando as pessoas de um grupo não estão materialmente presentes, as memórias do que aconteceu dentro daquele grupo ainda podem ser recordadas, estando ainda os indivíduos pertencentes, incluídos ou não, no grupo. Portanto, é de suma importância que uma memória coletiva seja preservada e retomada, pois a memória individual ainda permanece, um indivíduo que viveu algo detém parte da memória coletiva podendo ele, mesmo só, trazer à tona essa lembrança em algum momento.

Se essa memória de fato existe ela é arquivada, e junto do emocional e de fatores externos e internos, que venham de alguma forma fazer com que o indivíduo traga alguma lembrança, seja de sua parte emocional ou não, essa lembrança estritamente individual passa a ser coletiva novamente. O que é importante agora é o que eu lembro e não como eu lembro. O primordial agora é o sujeito e seu contexto, enquadrado dentro de categorias sociais. Halbwachs aponta:

A questão toda é saber se uma tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenham em todos os casos. Haveria então, na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-los das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social – admitiremos que se chame de *intuição sensível*. (HALBWACHS, 1990, p. 37)

Para ele há uma memória individual, mas ela está circunscrita dentro de uma memória mais ampla, ela é um ponto de vista da *memória coletiva*. A memória para o autor é um fato social, pois pensamos o mundo através de categorias que foram socialmente construídas; a memória está presente em um sistema de signos fixados no tempo e no espaço social.

Há assim uma ideia de fluxo contínuo de temporalidade: o passado sobrevive por inteiro no inconsciente, ao passo que a memória é diferente de matéria. Desse modo, ele não nega que os comandos estejam no cérebro, mas que sim está no sentido, ela está em nós, nos acompanha, não é material, ela é uma *intuição sensível*.

No que diz respeito à Memória Social, fizemos algumas reflexões sobre as teorias de Maurice Halbwachs (2006), uma vez que nos auxiliaram na fundamentação de nossa reflexão, pois para esse autor, a memória ultrapassa o plano individual. As memórias de um indivíduo nunca são só dele.

Dessa forma, não há lembranças separadas da sociedade. As memórias são construções dos grupos sociais, pois são eles que determinam o que pode ser memorável e os lugares em que essa memória deverá ser preservada.

A memória coletiva, segundo Halbwachs (2006), tem como base um conjunto de pessoas, do qual nasce sua força e duração, uma vez que são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes de um grupo. Observa-se que essa memória não tem a mesma intensidade para cada um dos indivíduos. Além disso, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

As lembranças de nossa infância em família não seriam, segundo Halbwachs (2006), individuais, pois elas só existem na medida em que somos um produto de um grupo social. Para o sociólogo, a pessoa que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos; a memória é sempre construída em conjunto, mas é, também, um trabalho individual do sujeito.

As essências de lembranças são basicamente: os dados, imagens ou lembranças vividas em comum aos grupos sociais dos quais os indivíduos fazem parte. As lembranças dos acontecimentos e das experiências se destacam nas memórias de um grupo em questão. Essas memórias geralmente dizem respeito à maioria dos membros desse grupo. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre um determinado acontecimento.

Quando se recorre às memórias, é quase sempre no intuito de responder aos impulsos que são dirigidos a nós por outros indivíduos, instituições, ou ainda, por outros grupos. A nossa participação em determinados conjuntos de pessoas requer o compartilhamento de valores e experiências. Todos dentro de um grupo possuem histórias em comum.

Assim, embora a responsabilidade pelas lembranças seja do indivíduo, pois é ele quem recorda, a memória é coletiva e vai tratar da questão de como esses fatos são relembrados dentro do grupo. É na sociedade que o indivíduo vai constituir suas memórias e vai ser nela que essas memórias serão localizadas (HALBWACHS, 2006).

A noção da memória coletiva é um elemento fundamental na compreensão do fenômeno da memória, pois, como demonstra Halbwachs (2006): estaria limitada à memória formada pela experiência vivida na interação de indivíduos dentro de vários grupos sociais, sendo difícil distinguir entre uma memória coletiva e uma memória individual, uma vez que a individual tem alto grau social. A base da memória seria somente social. Enfim, parece que Halbwachs admite que é quase impossível separar Memória individual de Memória coletiva.

Segundo Halbwachs, a memória coletiva tem como suporte um conjunto de pessoas, pois são os indivíduos que possuem as memórias, enquanto integrantes de grupo. Assim “só nos lembraremos se nos colocarmos no ponto de vista de um ou muitos grupos e se nos situarmos em uma ou muitas correntes de pensamento coletivo” (HALBWACHS, 2006, p. 41).

A partir da memória do grupo é capaz de formar sua própria memória, mostrando a assim, conforme diz Halbwachs (2006), atenção constante às formas pelas quais a memória é socialmente construída. Isso demonstra que para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato. Ou seja, a partilha de

identidade de um grupo significa a participação na sua história, na sua visão sobre o passado. Para Halbwachs isso é a memória coletiva.

Portanto, para Halbwachs (2006), a pessoa que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referências; a memória é sempre construída em grupos, mas é, também, um trabalho do sujeito. Assim, quanto mais os indivíduos, segundo Halbwachs, se inserem em um grupo, mais condições terão de recuperar as suas memórias e de contribuir para a recuperação e perpetuação da memória do grupo, uma sempre complementando a outra.

Candau reflete e argumenta em seu livro *Memória e Identidade* a ligação desses dois aspectos da vida de indivíduos, demonstrando como não existe independente do outro.

De fato, memória e identidade, se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente (CANDAU, 2012. p. 19).

Candau afirma que o surgimento de conexões entre os diversos estágios da vida do sujeito só é possível se este tem um prévio entendimento acerca da importância dessa ligação e o quanto esta é significativa para si.

Salienta também que não pode haver lembrança sem esquecimento; isto fundamenta a desagregação entre memória e identidade, permitindo muitas vezes o sujeito entender a questão de como se dá a constituição, sequência e ruptura de seu processo identitário (CANDAU, 2012. p. 19). Com essa reflexão, percebe-se a importância do estudo a respeito da abertura da escola de direito às mulheres e que repercussões influenciaram a construção da identidade da mulher jurista oriunda da Faculdade de Direito da UFRGS.

Assim, percebemos como a teoria de Candau (2012) nos foi oportuna ao tratarmos da trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pois, conforme nos ensinou, além de tratar da ligação entre memória e identidade, também trouxe a discussão acerca de como essa conexão é observada a partir das variações existentes entre a memória inferior, a memória superior e a metamemória. Ainda, destaca:

[...] é quase banal constatar que, no quadro de estratégias indenitárias os indivíduos operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto a diferentes meios: representações, 'mitos-histórias', crenças, ritos, saberes, heranças etc., ou seja, no interior de um registro memorial (CANDAU, 2012, p. 17-18).

Logo, as relações dos indivíduos nos grupos sociais constituem, assim, a memória coletiva e que divide em três categorias: 1) Memória de baixo nível: compartilha experiências entre os indivíduos por meio da repetição ou as tradições transmitidas entre indivíduos; 2) Memória de alto nível: reúne experiências, conhecimentos, crenças, anseios percepções por meio de recursos, do apoio da memória, que podem ser lembranças ou conhecimentos; se reporta a questões e formas variadas de elaboração e a reelaboração da memória e identidade enquanto ação individual, enquanto uma se manifesta em sua totalidade a outra concentra as ideias entre os desejos e as lembrança apoiados no caráter nas lembranças, e esse processo se manifesta coletivamente através da linguagem e imagens reforçando assim os sentimentos a historicidade e no merecimento surgindo assim novas identidades; 3) Metamemória: reprodução da memória em idas e vindas no passado moldando a memória atual. (CANDAU, 2012, p. 21-23).

Sendo assim, as duas primeiras dependem da terceira, pois acredita-se ser a única, de fato, que constitui um compartilhamento das experiências sociais dos indivíduos que as transmite do coletivo a um grupo específico. Justamente por isso, este estudo foi influenciado pela teoria de Candau, pois a trajetória profissional das professoras da Faculdade de Direito se constitui a partir das experiências de mulheres provindas do ambiente onde elas estão inseridas, em que habitualmente são marginalizadas em suas atuações profissionais, para um grupo seletivo de intelectuais da educação superior da UFRGS.

Provindo de um grupo abrangente e coletivo, ao se integrar a um grupo específico, o indivíduo se apoia em suas expressões e termos para aproximação dos conceitos e as formas narrativas. É assim que suas bases identitárias são fortalecidas e ampliadas, pois favorecem o hibridismo sociocultural a partir do diálogo entre a discussão da forma e aprendizado da memória, controle e subordinação, através de abordagens filosóficas e antropológicas, fazendo com que o indivíduo reflita sua concepção de memória, se define no meio social e sua origem dentro do grupo específico. Candau sublinha:

Ora, a existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso, compartilhe as mesmas representações do passado. Por outro lado, é uma característica geral do simbolismo cultural se criar uma comunidade de interesses, mas não de opiniões (CANDAU, 2012, p. 35).

Isso quer dizer que as formas como os indivíduos possuem, apreendem e mostram suas percepções de temporalidades, relacionando as ideias de passado ou presente e memória extensa, estão ligadas aos seus conceitos de memória forte, “uma memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo” (CANDAU, 2012, p. 44) e memória fraca “memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade é coletiva” (CANDAU, 2012, p. 44-45). Assim, o indivíduo armazena suas lembranças e em um dado momento, abre e as utiliza como forma de transmissão para afirmar sua identidade.

A partir do conceito de memória coletiva, Candau procura reduzir a confusão entre memórias individuais e coletivas, de modo que, neste estudo, tal norte contribuiu para a tomada de conhecimento a respeito do modo como as professoras da faculdade de direito da UFRGS constituíram e solidificaram sua memória a partir de suas experiências profissionais.

A contribuição de Candau para isto, também vem de suas ideias sobre a protomemória e a Metamemória. Protomemória é a memória propriamente dita, são faculdades individuais e como tais não podem ser compartilhadas. A metamemória (memória coletiva) pode ser compartilhada.

Ao reconhecer que existem estruturas de memória individual e coletiva que são espaços produtivos e complexos em suas diferentes etapas de apropriação, Candau afirma que outras memórias complexas e abundantes são igualmente elaboradas e interpretadas, simultaneamente, buscando um equilíbrio entre os conceitos de memória e de identidade, evitando ambiguidades. Ainda: não rejeita a novos processos nos quais as memórias enfraquecem ou são esquecidas, que na maioria das vezes representam um

retrocesso das grandes religiões doutrinárias, da regressão das tradições instauradoras e integradoras, da dissipação dos mitos fundadores, do enfraquecimento das ideologias, do aniquilamento da barreira do costume, aquela que determina todos os nossos caminhos, e de todas as transformações da sociedade que fragilizam o célebre bocal invisível, que nos aprisiona ou nos sepulta, considerando que o homem encontra precisamente

sua grandeza e sua dignidade na tentativa, sem dúvida vã – em razão essencialmente da imposição protomemorial – de não viver como nasceu (CANDAU, 2012, p. 205).

Portanto, Candau, em sua obra *Memória e Identidade* (2012) reflete o diálogo entre coletivo e o específico, possibilitando a transmissão dos fatos comuns do dia a dia através da conservação, das dificuldades e da preservação da memória dos indivíduos, contrariando a obsessão da sociedade contemporânea com a exaltação do presente e prioriza a memória e a identidade como meios para a reconstituição do passado e a construção do presente, considerado este processo como inovador e dinâmico.

Desse modo, conclui-se que Candau prioriza a identidade e memória do indivíduo e suas conexões e níveis de entendimento internalizando suas ligações através de lembranças e esquecimentos, interagindo entre elas através de reflexões, experiências, crenças, anseios por meio da memória que se dá através do esquecimento e lembranças e que subdividiu em três categorias: “memória de baixo nível”, “memória de alto nível” e “metamemória”, recuperando assim a memória do indivíduo e suas relações com a sociedade e sua identidade.

Importou igualmente ao nosso estudo considerações acerca do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a partir de suas memórias e a relação que isso existe com ambientes dominados pelo sexo masculino.

A partir da Revolução Francesa surgiram características que marcaram a atuação da mulher no convívio social: melhorias e condições no trabalho, maior participação na política, a busca de instrução e igualdade entre os sexos (PERROT, 2005).

Perrot nos chama atenção para os discursos recorrentes do século XVII ao século XIX que retratavam a representação da mulher nesse período:

[...] representação comumente compartilhada segundo a qual se as mulheres não têm o poder no sentido restrito do termo, elas têm a influência muito mais difusa e eficaz dos costumes. Em todos os tempos, os homens tiveram medo das mulheres. A mulher é a Outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga. A Mulher é Judite ou Dalila, que se aproveita do sono do homem para cortar-lhe os cabelos: a sua força. Este medo ancestral, primitivo, ligado talvez à sexualidade [...], encontra, em cada época, sua expressão própria (PERROT, 2005, p. 265).

A partir do século XX se dinamizou ainda mais a inserção da mulher na esfera pública, mesmo com chances limitadas. Estas começam a se adequar a essa nova realidade.

As tentativas de profissionalização do século 20 gostariam de homologar a existência de “profissões de mulheres”, limitá-las, codificá-las. Elas provêm de certos organizadores, desejosos de melhorar a qualidade do serviço que esperam das mulheres e que, por outro lado, submetem-se ao modelo de escolarização vigente da época (PERROT, 2005, p. 257)

Dessa forma, podemos perceber algumas mudanças opostas aos valores patriarcais, vestígios da sociedade dominada por homens, que predominantemente ocupavam posições de poder na sociedade, seja no âmbito familiar como na esfera profissional.

Isso fez com as mulheres buscassem seus direitos na sociedade, na formação intelectual, no mercado de trabalho e na paridade com os homens que ao longo dos anos lhes foram negados.

Ainda no século XX, com as duas grandes Guerras Mundiais, as mulheres assumiram os negócios da família na ausência dos homens que estavam na guerra. Assim com esse novo cenário das mulheres na sociedade, elas foram se estabilizando profissionalmente, entretanto continuando sujeitas à exploração que vinha até aquele momento acontecendo (OST, 2009).

Ost (2009) destaca outra mudança na sociedade do pós-guerras, onde os homens já não poderiam assumir mais o seu papel e devido à mutilação e ao psicológico afetado pelos traumas, fazendo com que a mulher deixasse seus afazeres de dona de casa para tomar a frente dos trabalhos que outrora os seus maridos realizavam. Para entender o papel da mulher no mercado de trabalho nesse contexto, precisamos entender que a necessidade de sua inserção no mercado de trabalho se deu devido à necessidade de ajudar na renda familiar<sup>5</sup>.

Dito isso, observamos que o mercado de trabalho no século XX passou por grandes modificações e a mulher teve um papel importante nesse processo. Isso se consolida e se incorpora como fenômeno social, por meio da participação feminina no desenvolvimento econômico e político das organizações. Mendes (2015) afirma que:

---

<sup>5</sup> Informação pesquisa no sítio: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1714906-proporcao-de-familias-chefiadas-por-mulheres-chega-a-40-em-2014.shtml>



Seja por revoluções ativas ou silenciosas, as mulheres conquistam a cada dia o seu espaço dentro da sociedade brasileira, marcada pelo machismo e patriarcalismo, passam da subordinação à liderança. Todavia, este é um processo incompleto e com enormes lacunas, sendo inegável o reconhecimento que ainda convivemos com padrões de desigualdade e dominação por gênero.

Um dos fenômenos sociais visíveis no século XXI é a constante mudança no mercado de trabalho, traduzido no sustento e nas realizações pessoais das famílias, pois percebemos a necessidade de todos terem compromisso na renda para o sustento familiar.

Entretanto, as mulheres ainda sofrem rejeição e discriminação no âmbito jurídico, pois ainda são vistas como fracas e sem capacidade técnica para exercer posições de poder e relevância no âmbito de sua atuação profissional. E isso se deve aos resquícios da sociedade patriarcal e valores machistas, os quais podem ser notadas até nos dias de hoje em vários setores e em diferentes áreas profissionais. (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018)

A diferença na recepção de homens e mulheres no mercado de trabalho decorre do contexto social e cultural, frutos de preconceitos e disposições pré-estabelecidas de *certo* e *errado*, que sedimentam posições hierárquicas de poder e liderança opostas entre estes sujeitos.

Ainda hoje, percebemos a ideia de que o mundo do Direito é uma área profissional essencialmente destinada aos homens. Mesmo assim, a presença da mulher no mercado de trabalho é cada vez maior, oportunizando a quebra de paradigmas e a discriminação em relação à advogada; fazendo, portanto, com que a disparidade entre os sexos fique cada vez menor.<sup>6</sup>

Segundo Tonato (2018), em passos lentos as mulheres vão ocupando cargos na área jurídica, se adequando ao mundo jurídico e se afirmando capazes nas organizações sócio jurídicas. Em nossa realidade, poderemos citar: Maria Augusta Saraiva, primeira mulher a ingressar no curso de Direito na Faculdade Largo de São Francisco e a primeira a atuar no Tribunal do Júri. Myrthes Gomes de Campos, primeira advogada do Brasil, pioneira na luta pelos direitos femininos (voto feminino e defesa da emancipação jurídica feminina). Bernadete Neves Pedrosa, primeira mulher a ser admitida professora de Direito no Recife. Esther de Figueiredo Ferraz, primeira

---

<sup>6</sup> Mesmo com os inegáveis avanços observados, as mulheres ainda são minoria em posições de poder e em cargos de maior relevância no Direito. A título exemplificativo, apenas 18% dos cargos em Tribunais Superiores são ocupados por mulheres. (COSTA; TOMBESI)

representante do sexo feminino a integrar a cátedra da USP, nos anos 40, e como primeira ministra brasileira. Ivete Senise Ferreira, primeira mulher a dirigir a Faculdade de direito da USP. Ellen Gracie Northfleet, primeira mulher a integrar a Suprema Corte do Brasil e primeira mulher a presidir o STF.

A partir desses exemplos de pioneirismo na carreira jurídica, Mendes (2015) afirma que:

Para que o Direito possa apreender a perspectiva de justiça é necessário compreender a subjetividade feminina. É preciso desfazer a confusão de que a igualdade “é possível sem considerar que o campo da objetividade perpassa pelas subjetividades masculina e feminina.

Por tais razões, o presente estudo analisou dados concernentes à trajetória profissional das docentes da Faculdade de Direito da UFRGS, como recorte e amostra da inclusão da mulher no mundo jurídico no Estado do Rio Grande do Sul a partir da análise de suas memórias fortes.

Candau (2012), em sua obra intitulada “Memória e Identidade”, trata a questão da identidade de forma a delimitá-la, em um primeiro momento, como um estado construído socialmente em uma relação permanente dialógica com o outro (sociedade). Em outros termos, versa sobre uma elaboração social que está em constante construção, moldando-se conforme o contato estabelecido com a alteridade, é dizer, a identidade é um processo contínuo que se encerra com a morte e como um estado que é permanentemente alterado (SOUZA, 2014).

Enquanto elaboração social e enquanto estado em contínuo aperfeiçoamento, a trajetória profissional das mulheres docentes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi explorada através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 6 professoras, seguindo a metodologia da história oral.

Dentro da abordagem qualitativa desse trabalho, a metodologia da história oral, então, mostrou-se profícua, já que o objetivo deste estudo foi investigar a trajetória das professoras da referida Instituição no período de 1974 a 2017. As entrevistadas foram:

Quadro 1 – Relação de professoras, seus departamentos e ingressos

<b>NOME</b>	<b>DATA NASC.</b>	<b>TIT</b>	<b>CH</b>	<b>VÍNCULO</b>	<b>DEP</b>	<b>INGRESSO</b>
Sulamita Terezinha Santos Cabral	23/03/1944	ESP	DE	Aposentado	DIR4	11/03/1974
Vivian Josete Pantaleão Caminha	20/12/1965	DO	20	Ativo	DIR3	21/10/1985
Claudia Lima Marques	23/05/1964	DO	40	Ativo	DIR3	15/02/1990
Martha Lucía Olivar Jimenez	23/12/1962	DO	DE	Ativo	DIR3	15/07/2003
Vanessa Chiari Gonçalves	01/04/1975	DO	40	Ativo	DIR1	04/01/2013
Simone Tassinari Cardoso	19/05/1977	DO	40	Ativo	DIR2	12/02/2015
Tula Wesendonck	26/09/1974	DO	40	Ativo	DIR2	09/05/2017

Fonte: autoria própria, 2019.

Assim, essa metodologia buscou registrar e ouvir as vozes dessas mulheres, que percorreram e percorrem grande passo para a promoção de igualdade com relação aos homens no mercado de trabalho, de modo a inseri-las na narrativa contada e aceita socialmente, para que fosse possibilitada a identificação das memórias mais recorrentes que influenciaram na formação profissional das professoras.

Como forma de recolher os depoimentos, a forma da entrevista foi a eleita, uma vez que não foram encontrados documentos oficiais com as nuances pretendidas pela pesquisadora. Assim Alves (2016, p. 4):

No momento da entrevista, o entrevistado pode refletir sobre sua prática, pode se emocionar e pode vir a reformular suas ideias na medida em que se vê perante o outro que o indaga e o escuta.

Ao mesmo tempo em que a entrevista possibilita o compartilhar de experiências e aproximação entre o sujeito-pesquisado e o pesquisador, não se pode esquecer de que ambos têm diferentes interesses em uma entrevista. Ao pesquisador interessa ouvir e registrar a narrativa, enfim, que vai ao encontro do tema estudado, ou seja, o objeto de estudo. Interessa ao pesquisado relatar aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante e que, por isto, para ele, deve ser narrado.

Sobre memória e entrevista, Alves (2016, p. 5):

Outro elemento fundamental ao trabalho que toma a metodologia da história oral como princípio, é a importância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que recente. A memória aqui é compreendida como trabalho, tal como Bosi (1995) a defini, isto é, o processo de rememoração exige daquele que recorda um re-fazer, exige uma recuperação do passado a partir do que foi vivido, até o presente o momento. Por essa perspectiva, a autora acredita que a memória demanda uma reelaboração do presente para que se possa ser evocada e assumida. Por essa razão também, a rememoração é tomada como uma situação de reflexão, de novas formulações sobre o narrado, possibilitando, como isso, a quem fala, uma oportunidade de refletir sobre si mesmo e seu passado vivido.

Ainda, as entrevistas foram realizadas com perguntas semiestruturadas, ou seja, não há uma ordem rígida a ser seguida de questões, podendo haver inclusive criação de questões novas de acordo com o relato trazido no momento da entrevista. Foi dessa maneira que foram propostas para as professoras questões e temas que compõem o objeto de estudo deste trabalho, registrando o repertório de memórias, conhecimentos e informações. Segundo Gomes et al. (2016, p. 316):

Em relação a outras técnicas, como questionário, formulário, leitura documentada e observação participativa, a entrevista apresenta vantagens, permitindo a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada, por serem dotadas de um estilo especialmente aberto, já que se utilizam de questionamentos semiestruturados; proporcionam ao entrevistador uma oportunidade de esclarecimentos, junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, sendo esse um marco de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea; cumprem um papel estratégico na previsão de erros, por ser uma técnica flexível, dirigida e econômica que prevê, antecipadamente, os enfoques, as hipóteses e outras orientações úteis para as reais circunstâncias da investigação, de acordo com a demanda do entrevistado, propiciando tempo para a preparação de outros instrumentos técnicos necessários para a realização, a contento, da entrevista.

Levando-se isso em consideração, as entrevistas discorreram de acordo com as perguntas listadas abaixo:

Quadro 2 – Perguntas pré-formuladas para a realização das entrevistas

Você poderia nos dizer seu nome completo?
Quando a sra. iniciou sua carreira docente na Faculdade de Direito da UFRGS?
Como se deu seu ingresso na UFRGS, através de concurso? Como foi esse processo?
Qual era a sua qualificação na época de ingresso e como a sua qualificação acadêmica se comparava com os de seus colegas homens?
A Sra. sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher e professora da Faculdade de Direito da UFRGS?
A sra. acabou de me responder. Mas, como se estabeleceu inicialmente sua relação com suas colegas mulheres e outras professoras da Faculdade de Direito da UFRGS?
Qual foi a sua carga horário inicial e atual, existe diferença com a de seus colegas homens?
Desde seu ingresso na Faculdade de Direito UFRGS, observou alguma mudança em relação a quantidade de homens e mulheres no quadro docente?
A senhora acredita que sua trajetória profissional na Faculdade de Direito/UFRGS contribuiu para a melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres nessa instituição?
Qual é a sua percepção em relação à disparidade entre homens e mulheres na Universidade no geral e na Faculdade de Direito - UFRGS?
Quais as ações que a sra. acredita que poderiam melhorar esse quadro?
Quais são as suas contribuições futuras?
Espaço aberto para opiniões das professoras.

Fonte: autoria própria, 2019.

Assim, pelas memórias descritas pelas professoras, diversos dados interessantes foram coletados, mas ficaram constatadas quatro memórias fortes, quais sejam, memórias referentes à infância, memórias que se coligam com mulheres professoras sendo referência profissional para elas e elas para as atuais alunas, memórias referentes às profissões das mulheres como prolongamento das tarefas domésticas e, por fim, memórias que exaltam a própria entrevistada, e que serão alvo de melhor análise.

## 7 ECOS DAS VOZES DAS MULHERES DOCENTES NA FACULDADE DE DIREITO DA UFRGS

### 7.1 SULAMITA TEREZINHA SANTOS CABRAL<sup>7</sup>

Foto 1 - Sulamita Terezinha Santos Cabral



Foto: arquivo pessoal da autora, 2019.

É uma satisfação eu poder contribuir de alguma forma. Meu nome é Sulamita Santos Cabral, mas completo Sulamita Terezinha Santos Cabral, mas eu em geral uso Sulamita Santos Cabral. Eu realmente lecionei na Faculdade de Direito, me formei

---

<sup>7</sup> Advogada (OAB-RS 4087); Professora Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (aposentada); Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado do RS (TARF), entre maio de 1991 à fevereiro de 1996; Primeira mulher Presidente do TARF; Juíza Titular do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS) representante da classe dos advogados (julho de 1998 à dezembro de 2002); Primeira mulher a presidir sessões de julgamento do TRE-RS; Presidente eleita do Instituto dos Advogados do RS (1997/1999). Reeleita nos períodos de 2013/2015; 2016/2018; 2019/2022; Primeira mulher Presidente do IARGs; Conselheira Secretária-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio Grande do Sul (2007/2009) e reeleita para o período (2009/2012); Presidente do Colégio de Presidentes dos Institutos dos Advogados do Brasil (julho de 2013 à setembro de 2014); Membro Titular do Comitê de Avaliação e Seleção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do Ministério da Fazenda, representando a OAB (setembro de 2017 à setembro de 2019). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS; Bacharel em Jornalismo pela Escola de Jornalismo da PUCRS; Licenciatura em Direito e Legislação Aplicada; Curso de Especialização em Filosofia do Direito UFRGS (1970/1973); Curso de Especialização em Metodologia de Ensino para professores de Ensino Superior; Curso de Mestrado em Direito na Faculdade de Direito da PUCRS (1989/1991) (Informado pela docente). Entrevista ocorrida no dia 12 nov. 2018 no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul – IARGs, em Porto Alegre.

lá, e depois eu lecionei alguns anos na Faculdade. Eu creio que eu iniciei em 1974, através de concurso.

Eu, na época, era professora de Ensino Médio e ministrava a disciplina de Direito e Legislação aplicada, no curso técnico do Colégio Protásio Alves. E trabalhava, também, na Secretaria de Educação e um dos meus trabalhos oficiais era ler o Diário Oficial, então eu vi no DOU que estava aberto concurso para a Faculdade de Direito da UFRGS. Sempre fui muito estudiosa, já tinha sido aprovada no concurso para Procurador do Município de Porto Alegre, mas não fui nomeada.

Resolvi então me inscrever no concurso aberto na disciplina de Direito Tributário. Eu sempre gostei muito de Direito Tributário, porque eu sou de Uruguaiana e a minha mãe era servidora federal da alfândega de Uruguaiana. Eu me criei no meio de alfândega, ouvindo falar de tributo, de imposto de importação e exportação, de taxas e a minha mãe era tradutora juramentada, também, e quando entravam as mercadorias, além de servidora, ela fazia as traduções de espanhol. Achei que teria chance e seria uma grande honra ser professora na Faculdade de Direito.

Sempre tive facilidade e boas notas em Direito Financeiro e Tributário e nas outras matérias, pois estudava muito e consegui nos 5 anos de Direito ser aprovada, em todas as matérias, por média. Fomos apenas 5 os aprovados, por média, na turma de 60 alunos. Em primeiro lugar eu fiz duas faculdades juntas, eu já tinha o curso de Jornalismo, era Bacharel em Jornalismo, me formei na PUC aos 20 anos, e tinha o curso de Direito, no qual tinha me formei na UFRGS com 22 anos. Logo depois que me formei, fiz um curso de especialização na Faculdade de Economia da UFRGS para dar aula de Direito em cursos técnicos. Obtive o registro no MEC de Professor de Direito Usual e Legislação Aplicada e consegui ser selecionada para lecionar tais matérias nos cursos de contabilidade e administração do Colégio Protásio Alves.

Nesse ínterim obtive um Diploma de Especialização em Filosofia do Direito. Mais tarde participei, como professora, de um programa de capacitação de profissionais com cursos superiores diversos que desejavam dar aulas no ensino médio técnico. Quanto a titulação como vou explicar.

Naquele tempo ninguém tinha curso de mestrado, não existia curso de mestrado, fomos 5 os aprovados. Dos meus colegas que passaram no concurso, dois colegas eram fiscais da Receita Federal: o Antônio Falcão e o Danilo Benvenuti. Um outro que passou era Procurador do Estado, inclusive, era o chefe da Procuradoria, o Orlando Vanin. E tinha um grande tributarista, o Rene Izoldi Avila, já era mais velho e

um conhecido tributarista. E eu tinha esses cursos e advogava já na área tributária. Não, não tinha titulação a mais. Eu tinha aperfeiçoamento, era o nome. E tinha a grande vantagem, em relação a pelo menos três deles, que era professora de 2º grau e dava aulas de Direito, sobre falências etc.

Eu dava aula em geral em curso de Contabilidade. Então a gente dava um resumo de tudo: o que era o direito, as fontes de direito, a Constituição, isso eu estava acostumada a dar aula. Eu posso dizer que graças à Deus, talvez por ser do jeito que sou, eu já era casada na época, mas eu nunca sofri discriminação.

Eu toda vida tive um comportamento muito profissional e me relaciono bem com as pessoas, sempre fui muito respeitada por todos e eu também sempre respeitei os alunos. A única coisa que ocorreu foi o seguinte: eu fiz concurso no mês de julho e no mesmo dia acompanhei meu marido, ele tinha um curso de um mês no Rio de Janeiro. Então eu só voltei em agosto, quando tomei conhecimento que um funcionário da faculdade estava a minha procura. Havia um documento deixado na portaria do prédio onde eu morava no qual constava a nomeação dos cinco aprovados no concurso. Foi uma alegria, tinha sido aprovada e nomeada!

Havia uma convocação para eu comparecer à Faculdade para conversar com o Des. Jorge Ribas Santos, Professor Adjunto e Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Eu coloquei um conjunto branco com calça comprida, que eu tinha comprado em Ipanema e era um conjunto muito caro, muito fino e eu cheguei lá achando que eu estava arrasando. Ledo engano. Apresentei-me e o Desembargador Ribas Santos – foi a única coisa interessante - me olhou” e disse assim “nunca venha de slack”. Tal advertência me marcou.

Trabalhei com ele alguns anos, ficamos amigos, mas eu nunca, em ocasiões formais usei slack. Porque, eu vou dizer uma coisa pra vocês, até o dia de hoje, depois disso eu já fui presidente aqui do Instituto, fui Secretária geral do Ordem, fui juíza do Tribunal Regional Eleitoral, sabe? Fui até a primeira mulher que presidiu seções no TRE, fui presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado e nunca, em nenhuma ocasião em que eu tenha que estar formal – eu visto tailleur ou vestido com casaco. Sempre lembro do Desembargador “não me venha de slack”.

Em uma ocasião o Desembargador Ribas Santos foi homenageado no TRE, homenagem póstuma, as filhas dele estavam lá e eu resolvi contar o episódio. E aí a filha dele disse, “mas o pai tinha horror de mulher de calça comprida dizia que era roupa de homem”. Bom, mas fora isso, não tive problema nenhum, viu? Então foi a



única vez, só que aí, naturalmente, andava sempre de *tailleur*, sempre de *tailleur*, e chamava os alunos de “senhores”, “o que os senhores desejam?”.

Eu fico admirada que minha filha diz que toma mate com os professores e falam: “professor fulano, o que achaste de tal coisa?”. Isto no meu tempo jamais, eu chamava os alunos de “senhores” e até tinha muito boas relações com eles, mas não esse tipo de coisa. Em relação a carga horária ministrada: No início, a minha carga horária eram 12 horas semanais, só 12 horas semanais, e a carga horária dos demais professores todo mundo tinha a carga igual. Até porque eles eram fiscais. O Rene Isoldi não aceitou ser professor, até porque tirou segundo lugar e ficou meio magoado, não aceitou. O outro era Procurador do Estado.

Então, todo mundo tinha carga de 12h, não tinha problema nenhum. Quando ingressou manifesta em relação do pouco número de mulheres concursadas. Eu quanto estava lá tinham poucas mulheres. Me lembro da Profa. Isabela Ferlini, que foi minha professora, que continuava, e da esposa do dr. Erico Maciel, a Professora Olga. Depois no meu departamento foi nomeada a Professora Maria Aparecida Moretto. Meu Departamento era o de Direito Econômico e Tributário.

Eu dava aula de Direito Tributário e a Maria Aparecida dava aula de Trabalho. Erámos do mesmo departamento. Não me lembro de outras. Depois aos poucos que foram surgindo outras, mas a maioria eram homens, sem dúvida nenhuma. Mas, mesmo assim, nunca tive problema. Ah não, no meu concurso só era eu de mulher. Parece que teve outra que se inscreveu, mas não foi. Fui só eu a única mulher a fazer concurso e tinham uns 38, ao todo tinham umas 38 pessoas. E ao todo passaram apenas 5. Então os homens rodaram (risos).

Eu me saí muito bem na parte didática, porque eu já dava aula. A parte prática do concurso consistia em dar uma aula de 45 minutos sobre um ponto sorteado no dia anterior. O meu ponto sorteado foi Taxas. Cheguei em casa, organizei a explanação do tema em itens (conceitos, definição, diferenças entre isso e aquilo, espécie de taxas, exemplos etc.).

Repeti a aula várias vezes para o meu marido – que é engenheiro e muito organizado – que cronometrava o tempo e fazia algumas observações. No dia da prova foi dado o sinal para eu começar a explanação, sendo colocado sobre a mesa um relógio que marcava o tempo de 45 minutos. Cumprimentei a banca e os que assistiam (eram muitos) e escrevi no quadro o esquema da aula a ser proferida. Com clareza e tranquilidade, estava acostumada a dar aulas, desenvolvi o tema. Quando

terminei e disse para banca “eu estou à disposição dos senhores para quaisquer perguntas”. Aí os avaliadores disseram que não tinham perguntas e tocou sinal dos 45 minutos. A minha nota na parte didática foi excelente.

Em relação à contribuição como mulher acho que sim, eu acho que contribuiu até porque a gente tem muita visibilidade até hoje. Eu me aposentei, mas até hoje eu encontro meus alunos. E a UFRGS é uma universidade excelente. Então vários alunos meus foram presidentes do Tribunal de Justiça. Logo, tenho muita facilidade de fazer as coisas, eu telefono e falo “alô, fulano de tal”. Agora a atual direção do TJ, exceto o presidente que foi egresso da PUC, todos os outros – vice-presidentes e tudo – foram meus alunos. A presidente do TRE que me homenageou foi minha aluna também. Em vários, vários locais. Os mais velhos foram meus professores. O professor Peter Ashton foi meu professor. E os outros tantos foram meus colegas.

Eu era jovem, então eu procurava manter um diálogo respeitoso com todos. Alguns dos meus alunos eram mais velhos do que eu lembro de um aluno de mais idade, ele era general, tinha sido diretor da aviação férrea e o irmão tinha sido primeiro-ministro. E ele ficou viúvo e veio morar em Porto Alegre, inclusive era assessor do Reitor, e ingressou na Faculdade como reingresso de diplomado. Já tinha mais de 70 anos e gostava muito das minhas aulas.

Ele matriculou-se para fazer uma disciplina supondo que seria ministrada por mim. Chegando na aula encontrou outro professor e cancelou a disciplina. E eram coisas bonitas, né? Em relação a disparidade entre homens e mulheres acho que isso aí depende. Eu acho que as mulheres devem ascender aos cargos, mas usando meios lícitos. Elas devem estudar, elas devem ser responsáveis, é isso.

Eu acho assim, eu tenho direito de ascender aos cargos e o concurso é feito por qualquer pessoa. Mas eu vou lá não usando artifícios femininos, eu vou lá trabalhando igual aos homens. Eu tenho que concorrer em igualdade de condições. Para ter uma ideia, eu sou a primeira mulher Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Fui eleita, em chapa única e a Diretoria era composta por homens e mulheres. A primeira vez foi em 1997/1999 e agora estou já estou na minha terceira gestão.

Em relação a melhoramentos e ações eu acho que a gente que é mulher e que tem família e filhos, nós realmente temos uma jornada e tanto e precisamos nos dar conta que precisamos de boas auxiliares. Eu sempre tive boas auxiliares. E tem mais uma coisa que não foi perguntado, mas irei mencionar, acho que fui a primeira

professora da Faculdade de Direito da UFRGS a ter filhos no período que lecionava na UFRGS.

Quando em 1980 eu fiquei grávida e minha filha Gisele nasceu em 1980 e eu era professora. Não apareci tão grávida assim porque ela nasceu em novembro e no mês de julho eu tive uma ameaça de aborto, então nos últimos meses tive que ficar de cama. Eu fiquei de cama e não podia nem sair, claro que fiquei no telefone e tudo mais, sou uma pessoa alto astral, apesar de tudo. Consegui compatibilizar a amamentação do nenê, os cuidados com a família e os compromissos profissionais.

Sempre gostei muito de dar aulas e de conviver com os professores e alunos. Eu acho assim, eu tenho um grande carinho pela Faculdade de Direito e eu tive grandes professores, cada um naturalmente do seu jeito. O professor Rui Cirne Lima era uma pessoa que sabia tudo, falava em francês, em inglês, em alemão, em latim e grego, ele citava autores, mas era uma pessoa muito austera. Tinham outros professores muito afáveis, o último ano foi o José Luiz Martins Costa e depois fui aluna do seu filho. Professor Câmara me marcou muito, ele falava tão bem e eu tomava nota, mas eu não era taquígrafa, e às vezes eu escrevia assim “perdi, que bonito”.

Era muito bonito o que ele dizia. Um dia ele disse que “o sentido da beleza são laivos de absoluto que existem em nós”. O Professor Câmara era uma pessoa sensacional discorrendo sobre a justiça, as vezes vemos que as pessoas escreveram sobre ele, mas não era bem assim, uma coisa é ouvir a entonação da voz; era uma coisa maravilhosa.

E tinham professores muito bons, o professor Elói Jose da Rocha era um *gentleman*, a Izabella Ferliniera muito querida, e era a única professora. Eu gostava muito do professor Paulo Pinto de Carvalho. O Professor Clovis do Couto e Silva e o Professor Almiro do Couto e Silva foram grandes diretores. Tive o privilégio de receber aulas e conviver com tantos colegas especiais que não tenho condições de citar a todos. Tinha a possibilidade de se manter no trabalho.

Eu poderia ter ficado mais tempo, acho que estava no auge da minha intelectualidade. Mas acontece que tem uma série de coisas a considerar e comecei a ter problemas na garganta, dava aula só com microfone e falava muito e até o médico me disse uma vez que eu não sei falar – falo muito com a garganta e deveria reeducar a voz.

Além de professora, continuei sempre ligada ao direito. Presidi o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Estado (TARF) por cinco anos, fui Juíza do

Tribunal Regional Eleitoral, fui Secretária Geral da OAB/RS e como já disse atualmente sou Presidente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Saí da instituição mas nunca parei, até agora represento a OAB no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) do Ministério da Fazenda. Sou do Comitê de Seleção e Avaliação de Conselheiros.

## 7.2 VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA<sup>8</sup>

Foto 2 - Vivian Josete Pantaleão Caminha



Foto: UFRGS, 2019.

Meu nome é Vivian Josete Pantaleão Caminha. Formalmente ingressei em janeiro de 1992, mas eu iniciei a atividade propriamente dita em dezembro de 1991. Eu participei de um concurso de provas e títulos. Eu não me recordo exatamente qual foi a minha classificação, porque faz muito tempo, isso foi em 1989. Mas entre

---

<sup>8</sup> Graduada em Direito, foi diplomada com Láurea Acadêmica em primeiro lugar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/ Brasil/ 1987). É especialista na área de Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/ Brasil/ 1989). Possui Mestrado (1997) e Doutorado (2010), ambos em Direito, com ênfase em Direito Privado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/ Brasil). Juíza Federal - atua na Justiça Federal da 4ª Região, junto à 6ª Turma do Tribunal, na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (1993) e Coordena a Seccional dos Juizados Especiais Federais no Rio Grande do Sul (biênio 2011-2013). É membro integrante do Grupo de Trabalho, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, tratando de assuntos relacionados aos Juizados Especiais Federais (JEF), vinculado à Corregedoria Nacional de Justiça. Representante da Coordenadoria Seccional dos Juizados Especiais Federais no Rio Grande do Sul no Fórum Interinstitucional Previdenciário na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. Integra o corpo Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), como Professora Adjunta vinculada ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito, tendo ministrado no curso de Graduação em Direito as disciplinas de Direito Administrativo, Metodologia, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado e Prática de Processo Administrativo. Atualmente na Instituição ministra na Graduação as disciplinas de Direito Constitucional I, II e III, e nos cursos de Pós-Graduação - Especialização Lato Sensu as disciplinas de Direito Ambiental Administrativo e Constitucional e de Movimentos de Política Criminal Contemporâneos. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 29 nov. 2018 no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre.

novembro e dezembro de 1991 a Universidade me chamou e perguntou se eu tinha interesse.

Na época, eu era bacharel em direito e tinha recentemente concluído especialização em Processo Civil na PUC-RS que nem existia na UFRGS na época. Eu era recém-formada, digamos, porque quando eu fiz concurso em 1989, eu tinha um pouco mais de um ano de formada, então nem teria tempo de ter outros títulos a não ser o de especialização. Pois na época não exigiam titulação, bastava a graduação, até porque na época eram pouquíssimos cursos de pós-graduação em Direito em Porto Alegre. Tanto que na época não havia mestrado e doutorado na UFRGS, na área de direito, e isso me fez ir recorrer à PUC-RS, a convite do professor Ovídio Baptista, ele que sugeriu que eu fosse fazer e começasse com uma especialização e na sequência comecei o mestrado também lá na PUC-RS, aí nesse interregno que foi implantado mestrado e doutorado na UFRGS.

Em relação a discriminação na Faculdade de Direito eu não senti diretamente qualquer tipo de discriminação por ser mulher. Eu senti um certo receio mais pela idade que eu tinha, não tanto pela condição de mulher, porque na época eu tinha 25 ou 26 anos. O quadro de professoras mulheres era pouquíssimas mulheres na época. Me recordo a professora Claudia, a professora Maristela, eu tinha pouquíssimo contato com ela, que em seguida ela se mudou e foi para São Paulo. Basicamente no departamento só havia homens que eu me recorde.

Desde o início, tinha regime de 20 horas, e sempre a carga foi, não digo igual, mas semelhante ao longo desse tempo e permaneceu até atualmente. A partir de um determinado momento, eu não me recorde bem o ano, a própria universidade só fazia concurso para 40 horas ou DE (Dedicação Exclusiva), mas foi um marco histórico assim, mas isso para todos, tanto homens como mulheres.

No início eram pouquíssimas mulheres, isso eu digo, no início de 1992. Gradativamente foi aumentando esse número e está mais parelho, vamos dizer. E sim, há uma diferença sim entre homens e mulheres. Eu acredito que a sociedade mudou, não foi um fenômeno peculiar à faculdade. Então as mulheres vêm gradativamente se inserindo no mercado de trabalho. E ainda bem que no serviço público a gente não tem o problema que tem na iniciativa privada da diferença de remuneração, mas eu não vejo nenhum problema, nem pelo fato de que elas têm a licença de gestante mais longa, da parte da universidade eu não senti.

Acredito que a trajetória profissional contribuiu para mudanças. Eu creio que sim. Eu sinto, só para completar, uma diferenciação muito maior aqui no tribunal do que na Faculdade. É impressionante, na Faculdade, aos poucos o número de mulheres professoras vem se equiparando aos de homens, mas aqui não (tribunal), continua sendo uma predominância masculina. Eu sinceramente não sinto assim em termos de tratamento diferenciado por ser homem e mulher na faculdade. Principalmente hoje, não percebo isso. Eu acho que em determinadas áreas até que pode ter uma diferença maior, em algumas áreas por exemplo, eu tenho conhecimento que na área de engenharia, matemática, a predominância masculina é muito maior do que a feminina, mas nas ciências humanas não vejo muita diferença.

O problema é que eu não vejo alternativas se não mudar a própria sociedade, porque o sistema de cotas eu não sei se seria muito eficaz para atrair a participação feminina. E interessante que em níveis de escolaridade menor, por exemplo, no ensino médio e no ensino fundamental, a predominância é de mulheres, é o inverso aqui na faculdade.

A contribuição que eu faço é passando os conhecimentos que eu tenho para os alunos. Participando dos eventos, inclusive em defesa da igualdade entre homens e mulheres. O que eu percebo assim, eu entrei na Universidade na realidade em 1985 (técnica administrativa) e de lá para cá eu venho percebendo um crescimento do universo feminino na Universidade, e volto repetir que eu não vejo, pelo menos no campo do Direito/na Faculdade de Direito algum tipo de discriminação por ser mulher. Às vezes existe outro tipo de, não digo discriminação, mas que é acentuado por outros motivos, mas não por ser mulher.

### 7.3 CLAUDIA LIMA MARQUES<sup>9</sup>

Foto 3 - Claudia Lima Marques



Foto: Fundação Bunge, 2017

Meu nome é Claudia Lima Marques. Fiz o concurso em 1989 e iniciei em 1990. Eu tinha retornado para o Brasil depois do meu mestrado na Alemanha e trabalhava no Ministério da Justiça, e os professores, como sou oriunda da UFRGS, os professores me avisaram que estavam abertos dois concursos, um do DIR2 de Direito Civil e de Processo Civil e o outro no DIR 3 que é do Departamento de Filosofia e Direito Público. Eu tinha me inscrito em um outro concurso, o da UnB, mas o primeiro que saiu foi do DIR 3 e tirei o 1º lugar e entrei. O concurso foi muito disputado, acho

---

<sup>9</sup> Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado na Universidade de Tübingen (1987), doutorado (Doctoris Iuris Utriusque, 1996) e pós-doutorado na Universidade de Heidelberg (2003). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, Relatora-Geral da Comissão de Juristas do Senado Federal para a Atualização do Código de Defesa do Consumidor, Presidente do Comitê de Proteção Internacional do Consumidor da International Law Association, Londres, Membro da Sociedade Latino-Americana de Direito Internacional, Diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DLJV, Berlin) e da ILA - Branch Brazil. Ex-Presidente da ASADIP - Associação Americana de Direito Internacional Privado, Asunción e do Brasilcon - Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Brasília. É Coordenadora da Revista de Direito do Consumidor Brasilcon/RT e líder do Grupo de Pesquisa CNPq Mercosul e Direito do Consumidor. Coordenadora brasileira da Rede Alemanha-Brasil de Pesquisas em Direito do Consumidor (DAAD-CAPEs). Professora na Academia de Direito Internacional de Haia em 2009, é Árbitro do Mercosul e jurista-colaboradora da SENACON-MJ na OEA e Conferência de Haia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase Direito do Consumidor, MERCOSUL, Direito Privado, proteção dos vulneráveis e Direito Internacional Público e Privado além de ser bolsista produtividade 1A do CNPq. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 22 nov. 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre.

que tinham mais de 15 candidatos, 5 dos quais foram aproveitados, mulheres e homens.

Na época, eu já tinha dois mestrados, um Mestrado de Direito na Universidade de Tübingen na Alemanha e um outro mestrado, o segundo mestrado, que usava como Especialização no Instituto Europa de Saarbrücken, também na Alemanha. Comparando com outros colegas, eu acho que eles também, a maioria, tinham mestrados, tinha um colega homem que ficou em segundo lugar que tinha mais anos de prática. Eu na verdade era muito jovem, me formei com 21 anos e retornei para o Brasil com 23/24 anos para trabalhar e trabalhei um ano e meio em Brasília, então eu tinha exatamente 25 anos, que na época era a idade mínima para entrar na universidade, e os colegas, a maioria deles, eram mais velhos, os homens.

Que eu me lembre, o colega que tirou em segundo lugar era mais experiente, já tinha sido professor e tal, até um dia ele me deu uma carona e disse que eu poderia ficar, pois ele estava tão seguro que iria ganhar o concurso, ele disse que eu poderia ficar no lugar dele numa universidade privada de Porto Alegre e eu na época aceitei e disse “sim, senhor” e depois no outro dia eu tirei o 1º lugar e foi bem surpreendente para todos que eu tinha tirado o 1º lugar. Em relação a discriminação não, eu não me lembro disso, eu me lembro que o 3º colocado também era mulher e o 4º colocado também era mulher.

A quarta colocada continuou na UFRGS e é a professora Vivian Caminha. Não me lembro de ter sofrido discriminação pelo gênero, mas sim pela idade, na época o 2º colocado e a 3ª colocada queriam entrar como uma ação contra mim dizendo que eu não tinha a idade mínima para ser a professora, o que não era a verdade, eu tinha a idade mínima, dizia que eu não tinha experiência, que também não era a verdade, porque quando eu estava em Brasília, eu trabalhei na UDF que era uma universidade privada, mas foi uma experiência ótima, até fui homenageada pelos alunos, então nenhuma das duas insinuações eram verdade, mas eu achei que foi uma certa discriminação por eu ser muito jovem na época do meu primeiro concurso.

Então eu não me recordo de nenhuma discriminação de gênero, até, só para contar, no primeiro dia de aula eu estava no estrado que aqui na UFRGS têm alguns estradinhos para os professores e veio a senhora que limpa e me disse “sai daí que daqui a pouco vem o professor” (RISOS) e eu disse “tá, mas eu sou professora”, ela me olhou e nunca mais falou nada, e foi só isso, mas acho que foi pela idade porque apesar de chamar um pouco de atenção. Eu estava inscrita em dois concursos, então



logo depois no outro concurso, também entraram várias mulheres aqui na Faculdade e outras eram, já existia o Programa de Pós-Graduação, professoras convidadas pelo PPGD. Então meu convívio foi muito bom com elas, mas eu diria que os meus companheiros “melhores” eram homens, que pude conhecer.

Quero fazer uma homenagem especial ao então chefe de departamento, Manoel André da Rocha, então ele foi o meu grande companheiro nos primeiros anos, juntamente com o professor Sérgio José Porto, que eu já conhecia – não tinha sido meu professor –, mas eu o conhecia da minha formação. Então realmente, ele foi meu chefe em Brasília, claro que eu tinha colegas mulheres que se tornaram amigas, mas meu grupo mesmo de trabalho eram com homens. Em relação a carga eu não sei, na verdade, porém acho que não. Minha carga horária era a mesma, sempre fui muito dedicada também à pesquisa – não vamos dizer também que é carga horária –, mas em matéria de disciplinas, eu sempre dei 3 disciplinas.

Na época era diferente, quando entrei ainda como assistente/associado – não me recordo ao certo – que eu dava aula de noite, a mesma cadeira que dava de manhã e gostava de dar aula de noite e dava uma opcional, que hoje não dou mais, mas dou Direito do Consumidor. Então a carga horária continua a mesma, apenas de hoje ser titular. E agora eu realmente não, na UFRGS, não observei nenhuma distinção de carga horária em virtude do sexo das pessoas.

Em relação a homens e mulheres, eu acho que aumentaram o número de mulheres, talvez hoje tenha mais contato com essas mulheres da Faculdade de Direito, mas desde a época que eu estudava sempre houve mulheres na Faculdade de Direito. Talvez não sempre, mas pelo menos na época em que eu estudei, de 1981 até 1985, tive grandes professoras: a prof. Guiomar, a prof. Sulamita e havia outras, só que não eram minhas professoras, mas essas duas foram e eram muito boas. O que eu observei é que, vamos dizer – eu também fui professora homenageada e tinha pelo menos umas duas mulheres homenageadas na época na época em que fui, me homenagearam junto com a professora Maria Isabel, não era só eu a homenageada, não me lembro de nenhum caso em que fiquei com a única mulher homenageada; e antigamente não, essas mulheres davam aulas, mas raramente eram professoras homenageadas ou paraninfas, isso eu observei que eu mesma nunca fui paraninfa de turma, mas a professora Maria Isabel já foi várias vezes.

Eu acho que paraninfa já é uma coisa mais, quase política, porque tem que dar uma festa, então é algo mais diferente, mas homenageada já fui várias vezes. Em

contribuir para a instituição... Eu acho que sim, a Faculdade de Direito (retomou assunto) eu esqueci de mencionar, mas quando cheguei na Alemanha eu fui discriminada sim, em razão do sexo: vou contar talvez respondendo a outra pergunta, se minha formação me ajudou no concurso. Sim, acredito que minha formação ajudou muito, foram decisivos meus dois mestrados para minha aprovação aqui, acho que foi mérito de formação.

Mas devo contar que quando cheguei na Alemanha sempre quis ser Professora e precisava de 25 anos, e o professor Michael Will que me levou para Alemanha ele dizia “você deve fazer o mestrado no Instituto Europa da União Europeia”, mas eu quis estudar primeiro Direito Internacional Privado, eu achei que estudar sobre a UE sem ter uma boa formação de Direito Internacional Privado não seria possível. Então, eu quis fazer um mestrado antes, que foi o mestrado na Universidade de Tübingen, ele concordou e eu não ganhei bolsa – porque eu era muito jovem, tirei 1º lugar no Brasil, mas não ganhei a bolsa do DAAD, quem ganhou foi um outro senhor mais velho.

Chegando na Alemanha, eu trabalhava com ele como assistente na Universidade de Saare, mas pude estudar na de Tübingen. E para entrar na Universidade de Tübingen, era a segunda turma de um mestrado novo que estavam criando, um mestrado só para estrangeiros, você tinha que fazer uma entrevista. Cheguei lá, na entrevista, e o Diretor que era um Conde ou um Duque, não sei bem, professor Graaf Witston ele fez as perguntas de mérito e tudo mais e no final perguntou assim “mas por que você quer estudar no mestrado em Tübingen” e eu disse para ele “é porque eu quero ser professora” e ele, muito talvez sem pensar disse “e as mulheres podem ser professoras?” e eu fiquei pensando “bah, eu estou em uma entrevista, vou ter que entrar na Universidade, se eu responder sinceramente – que fiquei chateada, como assim “mulher pode”? “pensei que mulher não podia”? o alemão me dizendo que não podia - então eu decidi responder diplomaticamente e no meu parco alemão disse assim “No Brasil, sim”, que era a resposta certa a ser aceita “No Brasil, se podem ter professoras mulheres” e aí que eu fui saber, porque eu não sabia, que na Alemanha não tinham professoras mulheres, nenhuma.

Estava lá, em 1985/86 em Tübingen e depois fui para o Instituto Europa e não tinha nenhuma mulher professora. Eu fui à França, em convite para um congresso, e conheci várias professoras mulheres, brilhantes, professora Alexandre, professoras francesas. Mas do outro lado do Reno, na Alemanha, eles tiveram que implantar cotas para professoras mulheres. Quando fui fazer meu doutorado em Heidelberg, eles

botaram na banca uma mulher para me homenagear. Eu acho que essa trajetória contribuiu porque fiquei mais ciente dessa dificuldade das mulheres de serem professoras e também da importância do modelo, nesse sentido, eu acho que contribuí como modelo. Eu também fui a primeira mulher brasileira a dar aulas em Haia, em mais de 100 anos.

Eu estou acostumada a ser a 1ª, agora eu acho que fui a primeira a receber um Dr. Honoris Causa na Europa, também não conheço nenhuma mulher brasileira que tenha recebido. Tem que ver a professora Ada Pellegrini Grinover, mas ela era italiana e era professora aqui no Brasil, teria que ver, eu realmente não conheço. Na Alemanha talvez seja a primeira, talvez não na Europa e só na Alemanha, mas estou acostumada com isso. Eu observei na Universidade, houve uma homenagem à ciência, substantivo feminino, e foram homenageadas 15 mulheres que são as pesquisadoras A1 do CNPq do Brasil que estão aqui na UFRGS. Eu notei que 15 é pouco. E que foram homenageadas porque elas são diferenciadas, também sou uma delas, em relação às outras.

Eu também observei que a Faculdade de Direito, eu já fui diretora de departamento e tal, não teve nenhuma diretora mulher em toda a sua história. Eu confesso que não tenho essa vontade, já fui várias vezes e sou coordenadora do Programa de Pós-graduação, acho que combina mais comigo. Mas, me disse a professora Maria Isabel Ribeiro antes de sair, ela que é vice-presidente do Tribunal de Justiça, que as mulheres tendem a não enfrentar essas brigas, assim, pra ser chefe de departamento, chefe do PPGD, eu fui, mas eu realmente nunca me submeti a uma votação a uma coisa assim, claro que também são votações, né. Então talvez realmente tenha essa coisa do gênero ou o gênero masculino às vezes é mais competitivo.

Eu observo certas diferenças, mas ao contrário na Faculdade de Educação, por exemplo, tivemos grandes mulheres, a professora Vera(?), nós tivemos uma reitora que foi excelente, a professora Wrana Panizzi, hoje temos uma vice-reitora, que é excelente, a professora Jane Tutikian. Eu acho que as mulheres têm um importante papel na Universidade.

Na Faculdade de Direito como um todo, eu não observei discriminações com as mulheres, com as professoras, o que eu observei no Programa de Pós-graduação de Direito, é que as regras da CAPES, sobretudo sobre produção, não levam em conta a maternidade. Então, por exemplo, tivemos duas professoras, professora Roberta e

acho que a professora Simone, que tiveram filhos e elas tiveram, claro, uma baixa de produtividade durante esse tempo. Então elas tiveram com aquela licença gestante e é por pouco tempo, mas elas serão avaliadas, seremos avaliadas da mesma maneira na CAPES, mesmo essas mulheres. Eu acho isso uma discriminação porque prejudica que a mulher tenha esse tipo de licença maior e, deveria ter por questões de igualdade, uma regra praticamente de diminui em relação à produção do quadriênio. Eu realmente defenderia isso e agora que eu estou praticando de alguns grupos da CAPES, eu vou sugerir isso, acho que é uma questão de justiça. Questões que podem melhorar na faculdade.

Acho hoje o ambiente na Faculdade de Direito muito colegial entre as mulheres, então acho que está em um bom momento entre as mulheres e as alunas. Mas acho que é um início, como disse a Embaixadora da Áustria quando estava aqui: a gente tem que começar com si mesmo, então não adianta você falar sobre discriminação de mulheres se você mesmo discrimina mulheres e prefere os colegas homens. Eu tenho muitas coautoras mulheres e muitos coautores homens, sabe? Então acho que isso a gente não pode fazer – discriminar os homens, por exemplo – mas, acho que tem que pensar e ter uma ideia de gênero e de união.

Eu acho que falta um pouco de solidariedade entre as professoras e as alunas, acho que houve casos de assédio sexual aqui na Faculdade, suposto assédio sexual, e que foram mal resolvidos e que houve uma união muito forte dos homens e não houve uma união das mulheres. Acho que isso é uma falha grave, acho que nós tínhamos que começar todas nós valorizando esse coletivo feminista que está aí, ajudando esse coletivo feminista – que eu acho que atua muito bem – e se alguém tem alguma crítica, tem que ajudar e não ficar criticando, acho que falta um pouco de união.

Mas, eu vejo atuações muito positivas, da professora Dalva, de outras professoras, da professa Roberta, eu acho que é preciso uma certa união das mulheres para transformar a Faculdade de Direito em um lugar realmente igualitário, que não possa haver casos de supostos assédios sexuais que não sejam punidos. Para o futuro, pois é, eu agora quero ver se eu escrevo o meu curso de Haia, que é sobre a proteção dos vulneráveis e entre os vulneráveis estão as mulheres.

Há muita discussão sobre isso, se a mulher é vulnerável ou não, eu acho que mais uma vez é muito importante no quadro político e atual o Brasil é, infelizmente, campeão em feminicídio, têm vários casos em que, por exemplo, assédio sexual é

considerado um simples “deslize” das pessoas – e isso não pode acontecer, é inadmissível, ainda mais numa Faculdade que ensina Direito, e acho que nós temos que melhorar nosso nível de respeito às mulheres e suas manifestações. Eu acho que vão ser tempos difíceis, não só para as mulheres, mas todos os tipos de vulneráveis e a liberdade de orientação, liberdade sexual, enfim, todos tipos de liberdades tendem a ser tolhidas, acho que devemos ser muito firmes e fortes.

Durante a ditadura, trabalhei como estagiária na Ordem dos Advogados, defendendo os advogados que protegiam as pessoas e eu vi a importância do advogado, quando os tempos são difíceis, o direito tem uma importância qualificada para manter o nível e para mostrar que as pessoas não podem fazer tudo, elas não podem atacar os outros, desrespeitar os outros. E nesse sentido, eu acho que agora é o tempo novamente da gente ser muito firme e forte e não importa se seremos discriminados, porque nós somos, vamos dizer, o vidro. Tem que atirar pedra na gente, para protegermos quem está atrás. Finalizando eu acho que é muito importante essa pesquisa porque eu mesma não conheço a histórias das professoras da Faculdade de Direito, acho que é um testemunho para o futuro e também é uma consolidação de uma conquista importante.

Eu li que tem outros limites que vem por aí, por exemplo, entre as mulheres professoras existe um pequeno número (2%) de mulheres negras. Então acho que isso também é importante, é importante conscientizar, não porque isso vai ser diferente, mas que existe uma espécie de *gap* ou falha histórica em relação às mulheres e mais ainda em relação às mulheres negras, não é? Então acho que isso é importante, mulheres talvez com orientação sexual diferente, acho que é importante pensar em uma expansão da diversidade.

De outro lado, acho que o concurso público é uma maneira excelente, acho que deve haver uma meritocracia, não é só porque é mulher que deve ser professora, tem que ser bom! E professor também. Quanto melhor: melhor. Acho que as professoras têm que ser ainda melhores do que os professores homens, não que eu tenha sofrido nenhum tipo de discriminação, mas acho que tive muita ajuda de todos durante a minha carreira e tive muitos bons conselhos. Mas, uma coisa que é importante é isso. Não precisa ser como disseram a pouco “vai ter que ter 50% de mulheres na CAPES”, acho que é o contrário, se demonstrou que algumas mulheres não merecem e ficam perseguindo as outras ou os outros, porém geralmente as outras. Então é o mérito que é importante.

E a outra coisa que é importante é a generosidade, se você alcança algum espaço, você tem que tentar abrir para os outros e não fechar para os outros. Eu também vivenciei uma certa disputa entre mulheres que não foi muito positiva nem para Faculdade de Direito nem para os alunos, ao contrário, acho que a gente tem que unir, ser generoso, ser mente aberta, ser um bom exemplo para as pessoas, né? Principalmente as alunas mulheres. Eu sempre digo isso, eu acho que existe muito espaço no Brasil, somos um país em desenvolvimento, é uma vergonha o Brasil em alguns dados. Já conseguimos muitas coisas e temos que conseguir muitas mais. E para conseguir essas muitas “mais”: mais igualdade, mais desenvolvimento, mais bem-estar da população, mais saúde, nós precisamos realmente de muitas e muitas mulheres, professoras, de muita união de todo mundo e respeito.

Não é tempo de discutir ou de brigar, ao contrário, é tempo de se respeitar e de se levar todo mundo mais adiante, principalmente o nosso país, que é tipo uma casa onde todo mundo mora e se não for um lugar agradável com muito respeito não é bom. Espero que dê certo.

#### 7.4 MARTHA LUCÍA OLIVAR JIMENEZ<sup>10</sup>

Foto 4 - Martha Lucía Olivar Jimenez



Foto: Uniritter, 2019

---

<sup>10</sup> Possui graduação em Direito – Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora Del Rosario (1984), mestrado (DEA) Droit Communautaire - Université Robert Schuman Strasbourg III (1986) e Doctorat de L'Université Robert Schuman Mention Droit Communautaire (1990). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: MERCOSUL, Direito Internacional Público, UE, Tribunais Internacionais. Titular do Módulo Jean Monnet desde 2010. Senior Research Fellow na University of Nottingham (2015-2017). Membro da Lista de Árbitros Independentes do Mercosul. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 29 nov. 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre.

Em 1991, eu tive meu primeiro vínculo como professora em um projeto de iniciação científica junto ao Programa de Pós-Graduação do Direito.

Nessa mesma época, já tinha doutorado em Direito Europeu pela Universidade de Estrasburgo e em uma visita a Faculdade de Direito o professor Clóvis do Couto e Silva me convidou para fazer parte de um projeto de indexação de periódicos estrangeiros e foi meu primeiro contato com a Universidade. Posteriormente, recebi uma bolsa “recém-doutor”, que o CNPq estava concedendo para incentivar a vinculação de doutores em universidades brasileiras. A bolsa teve uma duração de 4 anos e posteriormente fui contratada como professora visitante (4 anos); imediatamente depois a PUC ofereceu a oportunidade de lecionar e fiquei por 5 anos esperando um concurso da UFRGS, que se realizou em 2003.

Quando cheguei na Faculdade de Direito era a única mulher que tinha título de doutor, naquele momento os doutores eram poucos. O meu primeiro contrato foi através do Prof. Clóvis do Couto e Silva, e iniciando o procedimento para contratação de professor visitante a contratação não encontrou suporte em algumas das professoras da Faculdade. Assim meu primeiro contrato não foi fácil, mas não tinha muita convivência naquele momento, não tive maiores problemas, ou melhor quase nenhum.

Em relação à carga horária quando iniciou, em 2003, eram parecidas entre homens e mulheres não havendo diferença, era mais ou menos a mesma carga, já que eram poucos os professores de Direito Internacional, então sempre tiveram que dividir. Mas também, não sendo carga horária exagerada, digamos que tinham, pois havia poucas disciplinas nessa área em relação às outras áreas. Inicialmente tinham aulas à noite, e houve uma negociação para ficar somente de durante o dia, mas em matéria de carga horária acredito que não, nunca houve discriminação entre homens e mulheres, até por ser bastante controlado pelas instâncias superiores.

O número de colegas realmente era maior e não tem mudado muito até os dias de hoje. Há mais professoras atualmente, mas o número de colegas homens que têm controle ou postos de direção e maior importância é maior. Eu acredito que teve uma contribuição, não sei definir bem o certo, por ser bastante difícil essa compressão em manifestar o que diferenciou a minha contratação. Mas acredito que minha presença na faculdade como mulher e estrangeira, pode constituir um elemento de equilíbrio, mesmo que mínimo. É importante, sobretudo para as alunas mulheres. garantir cada vez mais a presença feminina dentro do corpo docente. Ao longo dos anos,

presenciaram-se alguns incidentes considerados terríveis e que não terminaram, realmente, em nenhuma sanção para certos professores. E o fato de uma mulher estrangeira – com sotaque – estar hoje como titular, sim é importante, sobretudo como exemplo.

Minha percepção em relação à disparidade entre homens e mulheres na Faculdade de Direito é grande. Nas ciências exatas, por exemplo, há um maior número de mulheres vinculadas a cargos de administração. Na faculdade Direito ainda não existe o mesmo reconhecimento à produção e atuação feminina.

Em relação a melhorar esse quadro, eu diria que ainda vivemos em um mundo machista e com as perspectivas não muito favoráveis em matéria de preconceitos, situações de discriminação e não igualdade – misoginia. Considero que, basicamente, o único remédio é a educação – através da educação em família, que vem de casa, dentro das instituições também, uma política de maior informação e educação das alunas sobre seus direitos. Fico horrorizada com certos apontamentos de meninas extremamente jovens que também têm uma posição bastante conservadora e repercutem o machismo, isso assusta um pouco. A religião é um instrumento de bastante opressão, nesse momento. Mas, sim, há necessidade de educar, para garantir um equilíbrio.

Minhas contribuições futuras em sala de aula é tentar deixar claro qual é a minha posição, sendo estrangeira e sendo mulher. E bastante crítica, inclusive em questões do próprio Direito Internacional e questões que são obviamente dominadas por um pensamento masculino. Se você é professora, acredito que ter uma posição – e não somente em relação ao tema que se leciona, mas ser crítica em relação a acontecimentos do dia-a-dia e cenário político – é importante. E deixar claro sua posição em defesa das mulheres e sanções à comportamentos que não devem mais ser permitidos.

Para finalizar, digo que a única solução para a misoginia é educação e educação das mulheres. O problema é que essas posições conservadoras e o machismo também estão sendo transmitidos através de mulheres e as próprias mães, o que me parece extremamente grave, porque você condiciona a forma de pensar dos jovens dessa maneira. Então é bastante complicado. E em situações problemáticas, como o assédio, condenar fortemente esse tipo de conduta.



## 7.5 VANESSA CHIARI GONÇALVES<sup>11</sup>

Foto 5 - Vanessa Chiari Gonçalves



Foto: arquivo pessoal da docente, 2019.

Meu nome é Vanessa Chiari Gonçalves, tomei posse no dia 04 de janeiro de 2013. Estou completando agora em janeiro 6 anos de casa. Ingressei através de concurso público. O concurso abriu assim que eu havia terminado meu doutorado (em julho de 2011). O concurso abriu no final de 2011, só que houve um recurso de um outro candidato em relação à banca e atrasou quase um ano a realização das provas, então nós fomos realizar a prova em setembro/outubro de 2012, e aí em janeiro de 2013 eu tomei posse. E a minha área de concurso foi para Direito Penal e Criminologia no Departamento de Ciências Penais.

É difícil a gente precisar, porque embora eu tenha concluído a minha graduação na Federal de Rio Grande, eu fiquei muitos anos trabalhando na iniciativa privada. Na

---

<sup>11</sup> Possui graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (1998), especialização em Política pela Universidade Federal de Pelotas (2000), mestrado em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2011), tendo realizado estágio doutoral (2010) junto ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Bolonha. Iniciou sua carreira docente em 2001 na Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Exerceu a função de conselheira penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul (2003-2007). Atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Adjunta de Direito Penal e Criminologia do Departamento de Ciências Penais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É pesquisadora líder do Núcleo de Pesquisas em Direito Penal e Criminologia da UFRGS/CNPq. Desenvolve há dois anos o projeto intitulado Vitimologia: o estudo da violência na perspectiva das vítimas, que abrange o estudo das vítimas da violência de gênero e da violência estatal. Atualmente, realiza pós-doutoramento em criminologia junto ao "Center for the Study of Law and Society" (Berkeley Law) da Universidade da Califórnia, sob a orientação de Jonathan Simon. A pesquisa analisa os mecanismos de controle externo das atividades policiais, ministeriais e judiciais quanto aos atos de abuso de autoridade, comparando a realidade brasileira com a estadunidense. A pesquisadora é bolsista de Pós-Doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 22 nov. 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre.

iniciativa privada nós estávamos todos ali, os professores interessados em seguir uma carreira de pesquisa, homens e mulheres fazendo a seleção para o doutorado na mesma época, então não havia uma diferença muita expressiva entre número de mulheres cursando doutorado e número de homens cursando nessa universidade particular onde eu estava.

Na época do concurso havia um número de candidatos que eu acho que eram 14 para duas vagas, e desses 14 candidatos com certeza 80% eram homens. Todos eram doutores. Na ocasião não percebi assim uma discriminação em relação ao concurso público, acho que não. Em outros momentos da minha vida, eu era mais discriminada por ser jovem. Mais por ser mulher e jovem do que por ser mulher, especificamente, sempre vinha conexão a mulher-jovem, então era uma dupla discriminação neste aspecto.

Mas do ponto de vista da banca que me avaliou que foi composta por dois homens e uma mulher, eu não percebi uma diferença de tratamento. Minha relação com as colegas mulheres sempre foi muito boa, eu não lembro de nenhum desacerto ou conflito com as colegas mulheres. E com a maioria dos colegas homens eu também não tenho conflito, os poucos conflitos que eu tive foram com colegas homens e não com colegas mulheres.

Quando eu ingressei, sempre tinha uma carga horária de 12 horas na graduação, o que equivale a três ou quatro turmas, dependendo se a disciplina é de 3 ou 4 créditos, e isso se manteve por um bom tempo. De 3, 4 anos para cá eu passei a ter uma carga horária de 14 horas na graduação e isso em virtude de um concurso que aconteceu depois do meu, que foi anulado, então ficamos com menos um colega. De qualquer maneira eu fui a professora que ficou, ininterruptamente, no departamento com 14 horas sempre, enquanto os demais colegas ficavam com no máximo 12 horas. A exceção ocorreu nesse semestre em que houve uma compensação, mas dos 3 últimos anos incluindo o semestre passado eu tinha sempre pelo menos 2 horas a mais do que os demais colegas do departamento, sendo que no 2º semestre do ano passado, que eu já estava no meu primeiro ano de PPGD.

Para poder oferecer a disciplina do mestrado, eu fiquei com 18 horas ao todo em sala de aula, sendo 14 na graduação e 4 horas com a disciplina no mestrado. Também percebi que houve um aumento do ingresso de mulheres desde que eu entrei aqui, quando eu entrei eu tinha impressão de que o número de professoras mulheres

era menor, houve um aumento do percentual de mulheres na Faculdade de Direito, pelo que se observa, mas ainda somos uma minoria.

Em relação entre homens e mulheres não sei se é uma política específica da Unidade, mas eu acho que houve uma sensibilização maior das bancas no sentido de estabelecer um tratamento mais igualitário. Eu penso que sim, porque eu estou aqui há quase 6 anos e já estive por pelo menos 2 anos como coordenadora da Comissão de Pesquisa, com uma função de gestão. Fui uma das poucas mulheres com função de gestão na Unidade. Então acho que minha chegada contribuiu porque eu já venho de uma experiência de gestão anterior na iniciativa privada. Isso me qualifica também para estar atuando na gestão. Só não estou atualmente na coordenação da comissão de graduação, porque eu optei por não concorrer na eleição em virtude do projeto de pós-doutorado. Tenho a impressão de que depende muito da unidade. Têm unidades relacionadas à educação em que a maioria expressiva é de mulheres.

A Faculdade de Direito faz o caminho contrário, assim como a Faculdade de Engenharia, tem um número bem maior de homens. Isso tem a ver com o histórico de ingresso das mulheres no Ensino Superior, porque as mulheres entram inicialmente em cursos relacionados ao cuidado e à educação, então vamos encontrar em faculdades de pedagogia, licenciaturas, na formação para ser professor ou então em faculdades relacionadas ao cuidado: psicologia, enfermagem, esses cursos têm uma demanda maior do público feminino. Eu acho que a 1ª ação, para além do estímulo e sensibilização das bancas, para que procurem tratar os candidatos homens e as candidatas mulheres com igualdade de condições, seria a adoção de políticas na Universidade, no sentido de buscar uma equiparação de carga horária e também uma política da Faculdade, no sentido de estimular o acesso de mulheres nas funções de chefia.

Eu acho que isso é muito importante até mesmo do ponto de vista simbólico. Passa uma mensagem para as alunas, passa uma mensagem para as outras unidades da Universidade e passa uma mensagem para os colegas, de renovação. Pensando em contribuições futuras, as minhas contribuições futuras eu espero que sejam muito fortes no PPGD, porque estou me preparando para isso.

Gosto muito de trabalhar como pesquisadora, além da sala de aula. Então espero ser uma pesquisadora com alta produção, contribuindo para o PPGD, acho que esse é o meu principal objetivo: me fortalecer como pesquisadora e contribuir para a avaliação do PPGD. E num segundo momento, contribuir também para o

desenvolvimento da Faculdade de Direito, para que os nossos processos sejam cada vez mais democráticos. E não descarto também concorrer a uma função de chefia, mas nesse momento, meu objetivo é fortalecer o currículo e contribuir com o PPGD. É muito interessante, acho que dá para fazer uma retrospectiva boa.

Quando eu era aluna de graduação eu já sabia que queria ser professora, tanto é que eu me candidatava a monitoria de todas as disciplinas – não só a minha preferida, que era direito penal – eu cheguei a ser monitora de direito empresarial, fui monitora de direito do trabalho, abria monitoria e eu me candidatava para ter a oportunidade de dar aula. Então, é algo que já estava comigo desde sempre; na infância, brincava de dar aula para as crianças do quarteirão, então já era muito minha essa opção. E o curso de Direito também, decidi muito cedo e escolhi o curso de Direito porque eu tinha sempre uma tendência a defender as pessoas que estavam em posição de vulnerabilidade.

Então, na escola, se tinha um coleguinha que estava sendo discriminado porque era afeminado ou se tinha uma colega que era discriminada porque era diferente do padrão esperado ou esteticamente não atendia ao que se esperava e portanto sofria *bullying*, eu estava sempre na defesa dos colegas que sofriam *bullying* por qualquer razão. Então já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no direito, por essas duas razões. E é muito engraçado porque na iniciativa privada eu fiz o percurso como professora, mas não tinha espaço como pesquisadora, a Universidade não abria esse espaço. Então meu espaço como pesquisadora foi meu Mestrado e Doutorado que fui fazendo por fora do centro universitário. E também a qualidade dos alunos, que eram alunos com perfil diferenciado, de aluno trabalhador, que está fazendo o curso superior para ascender socialmente, mas não tem o objetivo de ser pesquisador.

Eu reparava que a minha relação não era tão boa como a relação que eu tenho com os alunos daqui, e também, por exercer função de chefia e tinha que ser aquela que impunha limites, era muito respeitada – porém, mais respeitada do que amada. Nesse período todo na iniciativa privada foram muitos anos na gestão. Aqui na UFRGS posso dizer que redescobri o prazer de ser docente, de ser professora, de ser pesquisadora. Primeiro porque me abriu espaço na pesquisa, também a Prof. Claudia me abriu espaço no PPGD da Faculdade, então pude desenvolver pesquisas interessantes, melhorar a minha produção científica.

Mas, o que eu acho muito interessante foi a relação que eu estabeleci com os alunos nesse período. A impressão que dá é que eu nasci para dar aulas para eles e eles para serem meus alunos. É uma relação muito próxima e a impressão que eu tenho é de que falamos a mesma linguagem, a gente se comunica muito bem, eu adoro dar aula aqui para os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS, eles são diferenciados em todos os sentidos. E aí é muito interessante porque, pela minha linha de pesquisa, trabalhando com a violência de gênero, violência contra a mulher, violência contra minorias e violência estatal, eu acabo congregando em torno de mim um número muito expressivo de mulheres interessadas na área criminal, que é uma coisa pouco comum – dentro do Direito.

A área criminal é a que tem tradicionalmente menos mulheres – e tem muitas mulheres/gurias interessadas na área penal e eu reputo isso à uma influência, minha também, nesse processo, e muitas participam do grupo de pesquisa. E certos rótulos me são atribuídos e se relacionam a essa minha história inteira de defensora dos oprimidos. Rótulo de feminista, defensora da igualdade de direito para as mulheres, esses dias me chamaram de “gayzista”, nem tinha ouvido essa palavra ainda, que é defensora dos gays, da comunidade LGBTQ+, com quem eles se identificam também e se sentem acolhidos.

Então, é muito interessante porque eu acho que ainda que sem querer, sendo eu mesma como fui a vida inteira, eu acabo representando um espaço de acolhimento para todas as pessoas, alunos e alunas, que de alguma forma se sentem “fora do lugar” ou se sentem discriminados de alguma forma por qualquer aspecto – questões de gênero ou questões socioeconômicas. Na nossa instituição penso que diretamente eu não lembro se houve discriminação. Tem essas questões de carga horária, mas isso também porque eu acabava não reivindicando tanto – como gosto muito de dar aula, não reclamava do excesso de trabalho. Reclamo, mas reclamo pouquinho e numa boa, então nunca comprei nenhuma briga nesse sentido para saber como sairia. E as pessoas com quem eu tive, eventualmente, algum conflito eu consegui depois dialogar, resolver as questões e são pessoas que são duras com todos, independentemente de gênero. Então não observei que por ser mulher sofri um tratamento inadequado. Não. As pessoas com quem eu tive algum atrito são pessoas que normalmente têm atrito com todos, independentemente de personalismos. Então isso não observei. Claro que existem só sutilezas, essa questão, por exemplo, do acesso.

Se temos um número muito expressivo de professores homens e todos os cargos de chefia passam por votação, existe uma tendência a que homens ocupem esses cargos, se homens só votarem em homens: só homens ocuparão esses cargos. Agora, nos espaços onde eu pude participar, no caso a Comissão de Pesquisa e a Comissão de Graduação, eu posso dizer que se eu quisesse eu poderia estar na coordenação. Já estive em uma e não estou na outra porque não quis. Então, pelo menos onde eu estive não fui discriminada mesmo em relação a ascensão para uma função de chefia.

Para finalizar e, considerando o objeto de pesquisa, o que se pode dizer que faz ou não eu me sentir discriminada tem a ver com a preparação que eu tive durante a minha vida profissional antes de entrar na UFRGS. Já entrei aqui com uma trajetória lá da iniciativa privada, já entrei com a titulação e uma trajetória consolidada. Certamente se eu tivesse que construir uma trajetória aqui, talvez eu encontrasse mais obstáculos. O que eu quero dizer é que para estar nesse lugar, as mulheres, via de regra, têm que ter um esforço maior. Isso, sim. A diferença que vai se estabelecer é essa, talvez nós tenhamos que ter um esforço de trabalho maior para estar nesse mesmo lugar do que muitos colegas homens tiveram para chegar aqui. Isso em todos os aspectos, até mesmo na vida pessoal.

Se nós temos ainda uma sociedade em que normalmente as mulheres é que se ocupam das funções relacionadas a educação dos filhos – quer dizer, eu posso ter um colega homem que tem uma família constituída e tem filhos, mas que não se ocupa tanto dos filhos e tem tempo pra se ocupar com sua profissão. E outras mulheres, como eu por exemplo, optei por não ter filhos, então eu pude concorrer em igualdade de condições, talvez se eu tivesse constituído uma família eu não tivesse chegado aqui – a menos que eu tivesse um companheiro que dividisse tudo comigo, o que também não é tão fácil da gente encontrar.

Então é meio complicado, eu disse “ah não, eu não fui discriminada”, é, não fui, somente em questõezinhas menores. Mas eu abri mão de outras condições da vida pessoal para poder chegar aqui, o que outros colegas homens não fazem, por terem um respaldo da esposa em casa, e terem tempo para se dedicar à profissão.

## 7.6 SIMONE TASSINARI CARDOSO FLEISCHMANN<sup>12</sup>

Foto 6 - Simone Tassinari Cardoso Fleischmann



Foto: Arquivo pessoal da docente, 2019.

Meu nome é Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, e no dia 12 de fevereiro de 2014, ingressei através de concurso. Um concurso bastante concorrido. Acho que tivemos uns 30 e poucos inscritos e só 16 vieram fazer a prova. E aí cumprimos todas as etapas do concurso, era um concurso específico para direito de família e sucessões e aí tirei 1º lugar no concurso e estou aqui. Na ocasião já tinha doutorado e eu já tinha uma experiência de docência em outra universidade Federal, na Universidade de Pelotas. Tivemos candidatos homens, tivemos um candidato que ficou em 2º lugar. Se nós olhássemos a produção científica ampla desse candidato homem e o homem a gente percebia que ele tinha uma ampla lista, muito grande, só que o concurso tinha uma exigência que era produção na área e este candidato ele tinha menos produções na área do que eu. Eu tinha muito mais produção na área. Tivemos uma situação um pouco pitoresca porque, embora a pessoa tivesse muita produção acadêmica, não tinha na área específica do concurso, que era o desejado.

---

<sup>12</sup> Professora de Direito Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - graduação e PPGD - mestrado e doutorado. Doutora, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS (2011). Palestrante convidada dos Cursos Especialização Lato Sensu da FADERGS Laureate International Universities, da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS, da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul - FESDEP, da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre - PUCRS, da Faculdade IDC, IMED. Líder do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil-Constitucional, Família, Sucessões e Mediação de Conflitos da UFRGS. Membro da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM/ Seção Rio Grande do Sul. Membro do grupo de discussões em Direito Civil-Constitucional, DIÁLOGOS - encontro das linhas de pesquisa, Rio de Janeiro-Paraná. Palestrante em eventos jurídicos. Autora de artigos, capítulo de livros e obra na área do Direito Civil. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 22 nov. 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre.

Então, embora eu tivesse um pouco menos do que a dele, a minha produção era toda voltada para essa área de aderência. Por ser mulher, aqui? Aqui não, mas na minha vida e trajetória profissional já, muitas vezes sofri discriminação. Em relação a minhas colegas mulheres, me chamou bastante atenção que eu tive bastante acolhimento, em especial das minhas colegas de Departamento.

A professora Dalva que também era ingressante tanto quanto eu, teve bastante atenção no meu ingresso. Fui muito bem recebida e depois com os novos ingressos de outras mulheres no Departamento, ficou bastante confortável. Porque comigo, no mesmo período, ingressou outro colega e nós só tivemos uma reunião geral de todos os docentes. Então, tem alguns professores que eu nem conheço ainda, estou conhecendo ao longo da trajetória, e isso faz 5 anos.

Em relação a carga horária, mudou, porque acabei integrando a Pós-Graduação e aumentou um pouco a carga horária. Eu comecei ministrando as disciplinas de introdução à ciência do direito ou introdução ao direito nos outros cursos. Lá eu tinha uma carga horária entre 12 e 16 horas. Aí nós tivemos uma professora que entrou em licença maternidade e com isso ficou sem turmas e eu assumi a turma dela, então fiquei com 16 logo no início.

E neste semestre eu tenho 12 na graduação e mais 4 na pós-graduação, além da carga horária de extensão. Então, mais ou menos se mantém. Mas com esse acréscimo da pós-graduação que não diminui, a gente só acrescenta. Tem um acréscimo de 4 horas presenciais. Na verdade, é assim, de fato a carga horária continua 40h, né. Mas a carga horária em sala de aula, já foi maior do que é hoje. Já foi, em função de substituição de colegas ou em licença maternidade ou licença para formação.

Em relação a quantidade de homens e mulheres na instituição eu observei que a UFRGS sempre teve uma história de muitas mulheres muito fortes e muito brilhantes. A gente pode destacar a professora Judith, a professora Vera, a própria professora Claudia que tem um destaque e renome internacional. Mas ainda eram poucas. Acho que faz uns anos até um pouco antes do meu ingresso, a gente pode destacar, que muitas mulheres foram logrando aprovações em 1º lugar nos concursos.

A gente tem o ingresso da professora Vanessa e da professora Ana Paula, nas ciências criminais, que é uma área diferente – que a minha área é família – então de certa forma, já é esperada que haja uma mulher nesse lugar. Mas existem outras áreas, sim, que não é esperado. Posso destacar o direito empresarial, o direito



criminal, outras áreas que são mais típicas masculinas e que paulatinamente foram povoadas por mulheres. Acho que tem sim um implemento disso. Eu não percebo que isso possa ter tido uma escolha política significativa a entradas das professoras mulheres de forma que alguém pensou “precisamos colocar mais mulheres”. Até se isso aconteceu gostaria de saber. Porque seria interessante e curioso da minha parte ficar sabendo se isso aconteceu.

O que eu percebo que aconteceu é que, de fato, nas carreiras jurídicas nós já temos de fato um maior número de mulheres saindo da graduação. Então, em algum momento essas mulheres vão chegar nos cargos de chefia e nos cargos de destaque como eu considero esse concurso que eu fiz, acho que esse é um concurso de todo de carreira. É um concurso que as mulheres vêm chegando e até posso afirmar que tardiamente porque nós já somos o maior número de mulheres que se forma há pelo menos 15 anos. E não é o que se percebe, as mulheres em topos de carreiras jurídicas ou em lugares de mando, na sua maioria.

Então, é como se formássemos um volume muito significativo de mulheres na graduação, e ao longo da seleção no mercado fosse ficando um pouquinho mais rarefeito isso. Então não percebo que seja uma política isso e se houver, ficaria bastante interessada em saber. Eu gosto muito dessa noção porque eu percebo que homens e mulheres tem um jeito bastante diferente de conduzir as coisas, até em função dos papéis de gênero que vêm sendo atribuídos a gente ao longo da nossa vida. E enquanto nós vimos um jeito feminino de gerir muito parecido com os dos homens até uns 10 anos atrás.

Hoje, a gente está encontrando um jeito feminino de lidar com as coisas, um jeito diferente. Então, se eu penso que a minha presença contribui para um equilíbrio? Sim, penso. Se eu penso que as meninas que ingressam na Faculdade de Direito têm o direito de terem mulheres-espelho, em quem elas possam mirar e enxergar o seu futuro? Também penso. Então, no momento em que a gente tem um maior número de alunas, também penso que a gente precisa oportunizar a essas alunas uma miragem futura de um perfil que elas possam se espelhar e saber onde é possível.

Então mulheres desembargadoras, mulheres em posições de chefias de grandes escritórios, mulheres advogadas de sucesso, mulheres em áreas que são tipicamente masculinas. Eu acho que sim, minha presença contribui para isso. Acho que alguém que vem de um lugar de onde eu vim, pode olhar e pensar “olha, se essa

mulher chegou, então eu posso sim”. Acho que é uma inspiração. Para mim foi importante ter alguns referenciais femininos.

Também percebo de que realmente as mulheres foram se colocando no mercado de trabalho por uma necessidade, sai do ambiente doméstico por uma necessidade de sustento. Então, a gente sai do paradigma de produção, em que a mulher fica no doméstico, entra no paradigma de consumo e a mulher precisa entrar no mercado de trabalho. Então as funções que a mulher vai assumindo, são extensões das funções do lar, ou ela vai ser enfermeira, ou ela vai ser professora ou vai ser cuidadora de crianças. É como se ele repetisse a função doméstica no lar, na universidade isso tem mudado.

O fato de ter mulheres nas engenharias, nas arquiteturas, na medicina e no direito é uma demonstração de que as mulheres podem e devem estar onde elas quiserem estar e não onde o papel social lhes colocou. E acho e percebo que há sim um grande volume de mulheres chegando nesses espaços e também percebo uma dificuldade de acender a certos postos, em função até mesmo das exigências, porque nós sabemos que as mulheres acabam se responsabilizando por outras lidas tantas em conjunto com sua atividade profissional.

Então, de certa forma as mulheres precisam produzir o dobro ou o triplo para chegar no mesmo reconhecimento masculino, que é pressuposto. E não que os homens sejam ruins ou que a sociedade seja ruim, mas existe um pressuposto, que é o pressuposto da chefia masculina e que durante um certo tempo foi um pressuposto jurídico, os homens eram os chefes de família. Nós tínhamos uma lei que autorizava isso, então a mudança desse paradigma faz com que a universidade possa perceber mulheres e receber mulheres de outro jeito.

Quanto ao direito, que é uma área tipicamente masculina, é uma área de poder e essas áreas de poder tem um simbólico do status da lei e do pai, muito significativa. Então, essa imposição de lei, do pai e de ordem são espaços tipicamente masculinos. O ingresso de mulheres neste espaço se deu com bastante luta. Então as primeiras mulheres que entraram nos concursos foram, inclusive, proibidas de fazer provas e tiveram que fazer ações para que se conseguissem e, ainda hoje, eu sinto e percebo um certo resquício disso. Embora a gente possa olhar e perceber “ah, hoje tá muito mais equalizado”, ainda posso dizer que não é 100%.

Existem mulheres, sobretudo mulheres negras, que não conseguem o seu espaço. Existem outras mulheres que ou porque são jovens ou porque tem certas

características físicas que são diferentes das demais que sofrem um certo preconceito, como se o que tivessem a dar não tivesse atrelado a sua competência, mas sim com seus ditames físicos, sexuais e de outra ordem. No momento dos elogios, às mulheres raramente são feitos elogios de competência ou seu brilhantismo, geralmente são feitos em relação aos seus atributos físicos e isso é um resquício de uma sociedade patriarcal, mesmo que a gente lute contra isso e pode ver – eu não sei o número de mulheres que tem na faculdade – nós ainda estamos lutando contra isso.

Estamos ainda construindo essa igualdade. Podemos pensar em construir ações e acho que podemos começar discutir isso, conversar sobre esse assunto abertamente. Existem certos ônus sociais, como a licença-maternidade, que onera efetivamente uma mulher e que traz um encargo para os outros colegas e pode causar um desconforto no grupo. Existem espaços para que haja uma discussão e uma conversa sobre como mulheres se sentem ou como homens se sentem com relação a mulheres – porque daqui a pouco os homens também podem se sentir desprivilegiados porque uma mulher está recebendo um tipo de tratamento mais vantajoso –, então espaços de conversa aberta e conversa franca. Além disso, com relação a essa geração vindoura, a gente precisa ver o que essas meninas estão pensando.

E tem uma postura que eu acho muito interessante, que é a postura que vem a partir dos homens, essa criação de espaços, existem algumas iniciativas internacionais, o “*he for she*”<sup>13</sup>, iniciativas em que os homens percebem e eles tomam a iniciativa. Uma iniciativa que não é lutada pelas mulheres, eu acho que essas iniciativas elas são muito eficientes, pois elas são pacíficas e ao mesmo tempo são de uma geração de homens que não tolera mais certos absurdos que eram cometidos e que não estão dispostos a contribuir com a distinção.

Para o futuro, eu penso que as mulheres precisam se colocar – pensando a meu respeito, é sempre um dilema sobre estar nos lugares, concorrer a cargos de chefia ou não concorrer, ou medo de manter o *status quo*, integrar os órgãos colegiados. Acho isso bastante importante e de outro lado um certo planejamento com relação às situações de vulnerabilidade que podem acontecer. A minha contribuição

---

<sup>13</sup> HeForShe é um convite para que homens e pessoas de todos os gêneros se demonstrem solidários às mulheres para, assim, formar uma frente ambiciosa, visível e unida em direção à igualdade de gênero. (Site oficial do movimento: <<https://www.heforshe.org/pt-br>>.)

vem pontual, se alguém entrar em licença maternidade, com grande chance, eu vou me oferecer para entrar no lugar da pessoa porque eu acho que isso é uma solidariedade necessária. E outras tantas necessidades, necessidades de acompanhar os pais idosos aos médicos, é toda uma carga, acompanhar os filhos pequenos nas demandas.

Essa carga, por mais que seja compartilhada, os homens são ovacionados por fazerem isso “olha que legal, esse homem leva os pais ao médico” e a mulher quando vai fazer isso, isso gera um custo que é ficto “ah, essa pessoa tá sempre saindo pra levar o pai ao médico”. Então, quando penso na minha contribuição, penso em dois níveis, em um âmbito mais político e mais de atuação e num âmbito que é mais do dia-a-dia mesmo, de gerar condições para que eu e minhas colegas possamos formar uma rede de solidariedade.

Para finalizar e já percebendo que o teu tema é a possível distinção ou não entre homens e mulheres, eu gostaria de comentar algumas coisas do passado. São coisas de quando eu não era uma mulher, mas sim uma jovem menina e recebia bastantes elogios pela minha aparência física, que passei uma situação de concurso público em que a pessoa me perguntou se eu era casada e o que eu ia fazer em relação ao meu casamento – constrangimentos que não consigo imaginar um homem passando, não imagino um concurso público questionando um homem se ele é casado ou não.

Essa forma de distinção é muito mais sutil e embora eu não tenha enfrentado isso aqui dentro da faculdade, eu afirmo que sim, já senti algumas vezes e que há um certo tratamento discriminatório e também quero dizer e afirmar que no direito mulheres que estão num alto escalão também passam por isso. E me lembro da ministra Carmen Lúcia, que hoje preside no nosso STF, em uma sessão, tendo de repreender os colegas e dizer “nossa, como vocês me interrompem. Não vejo isso acontecer com os outros ministros homens. Vocês estão me interrompendo a fala, estão atropelando a fala”<sup>14</sup> e aí eu fico pensando quando uma presidente de um órgão que é o órgão máximo do país e precisa lembrar os seus colegas de que eles estão

---

<sup>14</sup> Sobre o episódio citado e sobre as interrupções que mulheres sofrem em suas falas, ver: MARTINELLI, Andréa. Carmen Lúcia sobre ser mulher no STF: 'Não nos deixam falar, então nós não somos interrompidas'. **Huffpost**, 11 maio 2017. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/11/carmen-lucia-sobre-ser-mulher-no-stf-nao-nos-deixam-falar-ent\\_a\\_22082291/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/11/carmen-lucia-sobre-ser-mulher-no-stf-nao-nos-deixam-falar-ent_a_22082291/)>. Acesso em: 11 set. 2019.

interrompendo e fala e de que ela precisa ser respeitada é porque não há uma situação de imunidade/igualdade.

Aqui na faculdade não que eu recorde diretamente. Eu acho que aqui até está em construção outro discurso e penso que dependa bastante da chefia imediata. Eu me sinto numa condição de uma chefia imediata muito mais inclusiva, colaborativa, que aceita as demandas e conversa sobre as demandas, mas a gente ouve falar em certos lugares em que as pessoas precisam se afirmar muito e tem até certos embates muito ríspidos para conseguir afirmar a sua condição feminina. A sensação é que estou em um lugar com pessoas que respeitam, mas se ouvem falar sim, no corredor, de quem nem sempre foi assim e tem certos ambientes que é um pouco mais difícil.

## 7.7 TULA WESENDONCK<sup>15</sup>

Foto 7 - Tula Wesendonck



Foto: Arquivo pessoal da docente, 2019

Meu nome é Tula Wesendonck e minha carreira iniciou na UFRGS – Faculdade de Direito em maio de 2017. Meu ingresso foi através de concurso, e somente entrei na segunda tentativa. A primeira vez que tinha lecionado na UFRGS tinha entrado

---

<sup>15</sup> Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013). Professora Permanente do Programa em Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do Instituto de Estudos Culturalistas e da Rede de Direito Civil Contemporâneo. Pesquisadora no Direito Privado, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Geral do Direito Civil, Responsabilidade Civil, Direito das Obrigações, Direito das Coisas, Direito dos Contratos e Direito de Família. (Fonte: Currículo da Plataforma Lattes). Entrevista ocorrida em 29 nov. 2018 na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em Porto Alegre.

como professora substituta, isso foi em 2004/2005, e agora entrei novamente como professora adjunta.

O processo de seleção foi bem disputado, foi um processo bem duro, foi um processo bem desgastante, até tinha uma colega que fez a seleção junto comigo, que é juíza e ela comentava que esse concurso é mais difícil que concurso para juiz. A exigência era doutor para o concurso, eu e os demais candidato tínhamos a titulação. Em relação a qualificação entre os homens e os outros candidatos: o que eles tinham era mais ou menos como a minha; talvez eles tivessem alguma diferença de experiência profissional, de experiência de docência e também tinha uma diferença com relação ao currículo nas publicações. Eu lembro que em relação a alguns colegas as colegas mulheres tinham uma pontuação maior. Na pontuação acadêmica “publicações” era disparado melhor que a dos homens.

Nunca senti discriminação na Faculdade de Direito por ser mulher. E minha relação com as demais professoras da Faculdade sempre foi muito amistosa, mas assim, como é com os homens e com as mulheres também, mas eu senti que algumas colegas reclamaram, tinha uma separação entre os grupos de homens e mulheres – “aqui tu vai ver que tem isso” – eu não senti isso ainda, essa discriminação, mas algumas colegas comentaram isso.

Minha carga horária sempre foi a mesma desde que entrei, carga horária inicial e final era a mesma: 12 horas sala de aula e outras atividades administrativas, de pesquisa, estudos, orientação de alunos, mas a minha carga horária efetiva no contrato é 40 horas. Em relação a diferença de carga horária de colegas homens.... Na verdade, eu entrei lecionando o que seria o regulamentar de carga horária. Eu sei que no nosso departamento há professores que lecionam menos horas, às vezes tem professores que lecionam mais horas, isso varia de acordo com o semestre. Por exemplo, tem um colega que é mais antigo que eu e tá com uma carga horária maior que a minha esse semestre, e é homem. Então eu não poderia dizer que por homem ou mulher que vai ser favorecido ou prejudicado. Acho que desde que entrei, no quadro geral, existem muito mais homens do que mulheres, e desde que entrei não teve mais ingresso de professores, eu fui a última, eu acho.

Acredito que tendo uma diversidade de homens e mulheres, quanto maior melhor, né. Porque, até para que as outras mulheres se sintam mais confortáveis no trato, no trabalho com outras colegas, e eu acho que certamente como uma espécie de paradigma. Algumas das queixas que minhas colegas faziam, tipo “ah tem muito

clube do bolinha e a gente não consegue entrar” e eu comecei a já promover atividade e convidar colegas para quebrar um pouco este estereótipo apresentado pelos colegas.

Em relação à disparidade entre homens e mulheres na Faculdade de Direito – eu não conheço a realidade das outras – mas na Faculdade de Direito tem menos mulheres que homens, mas eu acho que talvez pode ser um reflexo do que era a formação jurídica um tempo atrás. Eu noto isso em relação às aulas, porque antes a gente tinha um público que era um público majoritariamente masculino nas turmas, e hoje em dia eu chego a ter turmas em que a maioria são mulheres.

Pode acontecer de demorar um pouco para chegar a isso na universidade, mas talvez a gente vá ter um equilíbrio de homens e mulheres e talvez até uma inversão. Pelo que eu estou vendo hoje, nas turmas de alunos, tem muito mais mulher do que tinha quando me formei ou quando comecei a lecionar, hoje em dia tem muito mais mulher.

Acredito que ações institucionais poderiam melhorar este quadro, se estabelecesse uma quota de ingresso para mulheres, mas fico com receio com essa definição de quota de ingresso para mulheres, porque, por exemplo, no concurso, que é um concurso para professor, estabelecer uma quota mínima, talvez a entrada de professores que não tenham a melhor qualidade entrando pelo gênero e aí talvez também tenha que abrir para outras espécies de gêneros – transgêneros, homossexuais, para que tivessem ingresso de outras pessoas com qualidades distintas, então não sei, eu acho que isso vai ser meio que natural, as pessoas vão ingressando naturalmente.

Eu entrei na instituição e tinha uma visão da instituição, que era uma visão de que a gente teria uma carga de trabalho que poderia ser menor que as outras instituições, e eu me surpreendi positivamente quando comecei a lecionar aqui, os alunos são muito engajados e a carga de trabalho que tenho tido é muito maior do que eu imaginava, porque os alunos são incansáveis, eles procuram os professores, querem grupos de estudos, querem desenvolver pesquisas, então a contribuição que eu posso dar é no sentido de que eu vou oportunizar sempre o melhor contato com os alunos, e que isso seja, que dê uma atenção efetiva para os alunos e eu noto que eles gostam disso. São alunos carentes nesse sentido, de ter esse apoio do professor, então o que eu posso dar é minha dedicação plena para a faculdade.

O que vejo é que às vezes a questão dos privilégios podem acontecer, mas não são obrigatoriamente, pelo menos no curso de Direito, ligados ao sexo, se é homem ou mulher. Vejo que tem alguns privilégios, mas não são obrigatoriamente filiados à figura homem ou mulher – não vejo isso, nunca senti isso. Vejo também uma mudança, que é uma mudança social, que é o ingresso maior de mulheres nas universidades e, no curso de Direito houve uma mudança que foi fenomenal, mudou completamente o panorama que nós tínhamos. Quando eu comecei a lecionar, lembro que tinha 70% homens e 30% mulheres. Hoje em dia tem algumas turmas que eu consigo ver o inverso, tem mais mulheres que homens. Eu acho que o ingresso de mais mulheres, quando eu era professora substituta, tinha bem menos mulheres; hoje a gente vê muitas mulheres.



## 8 INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS DAS VOZES DAS PROFESSORAS

### 8.1 A INFLUÊNCIA DAS MEMÓRIAS DA INFÂNCIA NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no Direito.

VANESSA CHIARI GONÇALVES

Candau explana em sua obra que só existe o compartilhamento de ideias, práticas, representações, crenças, lembranças porque existe uma memória. Sendo assim, ao mesmo tempo em que a memória modela o sujeito ela é por nós modelada, produzindo uma trajetória de vida, uma história, uma narrativa. (CANDAU, 2012)

Então, se a ideia de que a memória é, de fato, o que alimenta a identidade, e a identidade, de certa forma “seleciona” as memórias para uma constante construção de identidade, ela está diretamente ligada a fatos e lembranças armazenadas desde o momento em que o indivíduo tem como fortes determinadas memórias, o que se dá a partir de sua infância. Assim, como apontado por Ricoeur, autor trazido por Candau, existe uma “conservação de si através do tempo” (CANDAU, 2012, p.17).

Isso quer dizer, nos entendimentos aqui propostos e de acordo com o objeto de pesquisa, que, conforme proposto por Halbwachs, as lembranças não são puramente um momento de sensação de objetos exteriores, senão também pela característica do grupo que é a família ou o meio social circundante, a exemplo do ambiente escolar. Veja, por exemplo, as falas das Professoras Vanessa Chiari Gonçalves e Sulamita Terezinha Santos Cabral, respectivamente:

Eu sempre gostei muito de Direito Tributário, porque eu sou de Uruguaiana e a minha mãe era servidora federal da alfândega de Uruguaiana. Eu me criei no meio de alfândega, ouvindo falar de tributo, de imposto de importação e exportação, de taxas e a minha mãe era tradutora juramentada, também, e, quando entravam as mercadorias, além de servidora, ela fazia as traduções de espanhol. Achei que teria chance e seria uma grande honra ser professora na Faculdade de Direito<sup>16</sup>.

Na infância, brincava de dar aula para as crianças do quarteirão, então já era muito minha essa opção. E o curso de direito também, decidi muito cedo e escolhi o curso de direito porque eu tinha sempre uma tendência a defender as pessoas que estavam em posição de vulnerabilidade. Então, na escola, se tinha um coleguinha que estava sendo discriminado porque era afeminado ou se tinha uma colega que era discriminada porque era diferente do padrão

---

<sup>16</sup> Profa. Sulamita Terezinha quando fala de sua criação e influência do direito na infância, supra.

esperado ou esteticamente não atendia ao que se esperava e portanto sofria bullying, eu estava sempre na defesa dos colegas que sofriam bullying por qualquer razão. Então já nasci sabendo que queria ser professora e que queria seguir no direito, por essas duas razões<sup>17</sup>.

Em suas memórias, a professora Sulamita Terezinha Santos Cabral conta que acompanhou o dia-a-dia na alfândega na qual a mãe era servidora federal. Tudo isto para concluir que havia crescido no meio jurídico, sendo, portanto, natural que seguisse essa trajetória profissional, seguindo o exemplo da mãe. No outro ponto, a Professora Dra. Vanessa Chiari Gonçalves contou que a afinidade com ministrar aulas e a tendência em defender aqueles que estavam em posição de vulnerabilidade foi o que influenciou não somente a escolha pela carreira jurídica, mas principalmente pela docência<sup>18</sup>. Nesse sentido, Candau usa em sua obra e cita Anne Muxel e Rimbaud para uma melhor explicação:

Solidariedades invisíveis e imaginação vinculam sempre um indivíduo a seus ascendentes: a memória familiar é nossa “terra”, de acordo com os termos de um informante de Anne Muxel, é uma herança da qual não podemos nos desfazer e que faz com que, como diz Rimbaud, percorremos lugares desconhecidos sobre os traços de nossos pais.(CANDAU, 2012, p. 141)

Portanto, percebe-se que as memórias fortes das infâncias das professoras, tanto com relação ao seu âmbito familiar quanto com o meio circundante (volte-se à constatação “de ser referência”), inclusive no seio escolar, influenciaram sobremaneira a trajetória profissional dessas docentes mulheres, sendo este outro aspecto importante revelado durante esta pesquisa e as entrevistas realizadas. Memória familiar essa que Halbwachs denomina como “o laço vivo das gerações” (CANDAU, 2012, p. 137).

## 8.2 “MULHERES-ESPELHO”

*Uma história de mulheres muito fortes e muito brilhantes.*  
SIMONE FLEISCHMANN

---

<sup>17</sup> Fala da Profa. Vanessa Chiari Gonçalves em que se remete à sua memória e vivência da infância, supra.

<sup>18</sup> Passagem em que a Profa. Vanessa Chiari Gonçalves explana sobre como escolheu a área da docência, como pode ser visto no item 7.5.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho em praticamente todos os setores econômicos é favorecida e marcada pelos diversos eventos que ocorreram a partir da segunda metade do século XX. A maior participação na força produtiva, assim como os movimentos feministas e algumas iniciativas de organismos e entidades internacionais foram essenciais para a entrada, cada vez maior, de mulheres nas Universidades Públicas e Privadas do país. É nesse contexto que se insere a memória e identidade, termo esse usado por Candau, que diz: “O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado.” (CANDAU, 2012, p. 9)

Posto isso, a memória atua como instrumento de busca por uma representatividade por parte de muitas mulheres que, ainda hoje, possuem o desejo de ingressar na vida acadêmica em diversas áreas de conhecimento e buscam, como exemplo, professoras mestres e doutoras que desempenham um papel de extrema importância no meio acadêmico. Tomando como verdade o trecho em que Candau aponta que: “[...] o que passou não está definitivamente inacessível, pois é possível fazê-lo reviver graças à lembrança” (CANDAU, 2012, p. 16), reafirmando assim a importância de um legado.

A influência feminina e trajetória de vida dessas professoras e de todas as mulheres que constroem uma memória atuam na construção de uma identidade individual de cada sujeito, sendo assim, “a memória é, de fato, uma ‘força de identidade’” (CANDAU, 2012, p. 16) e as lembranças que são preservadas de cada época, como observado por Halbwachs, se reproduzem sem cessar e permitem que se perpetuem. Logo, com o passar das épocas, e correlacionando os relatos das professoras da Faculdade de Direito da UFRGS, fica explícita a influência que exercem sobre as alunas mulheres do curso de Direito da UFRGS, curso anteriormente dominado por homens, como aponta Profa. Simone Fleischmann:

Então, se eu penso que a minha presença contribui para um equilíbrio? Sim, penso. Se eu penso que as meninas que ingressam na Faculdade de Direito têm o direito de terem mulheres-espelho, em quem elas possam mirar e enxergar o seu futuro? Também penso. Então, no momento em que a gente tem um maior número de alunas, também penso que a gente precisa oportunizar a essas alunas uma miragem futura de um perfil que elas possam se espelhar e saber onde é possível. Então mulheres desembargadoras, mulheres em posições de chefias de grandes escritórios, mulheres advogadas de sucesso, mulheres em áreas que são tipicamente masculinas. Eu acho que sim, minha presença contribui para isso. Acho que alguém que

vem de um lugar de onde eu vim, pode olhar e pensar “olha, se essa mulher chegou, então eu posso sim”. Acho que é uma inspiração<sup>19</sup>.

Dado isso, explicita-se a relação direta entre o papel, legado e a responsabilidade que elas possuem nesse meio em que estão inseridas. A identidade “seleciona” as memórias, no sentido de que existe uma construção da identidade do indivíduo quando ele incorpora os elementos advindos do passado e faz “escolhas memoriais” (CANDAU, 2012, p. 19), desenvolvendo uma identidade própria construída a partir de uma lembrança remota e que têm influência na construção de uma memória coletiva no sentido de ter tido e, agora, ser referência para as discentes mulheres, como, por exemplo, trouxe a Profa. Claudia Lima Marques quando aponta: “tive grandes professoras: a prof. Guiomar, a prof. Sulamita e haviam outras, só que não eram minhas professoras, mas essas duas foram e eram muito boas” e cita a Professora Maria Isabel como uma mulher importante e também homenageada.<sup>20</sup>

Assim como a professora Dra. Simone Fleischmann ao dizer que: “A UFRGS sempre teve uma história de muitas mulheres muito fortes e muito brilhantes. A gente pode destacar a professora Judith, a professora Vera, a própria professora Claudia Lima Marques que tem um destaque e renome internacional.”<sup>21</sup>

Nesse seguimento, a ideia de protomemória de Candau se consolida, sendo ela nada mais do que uma memória imperceptível que ocorre, muitas vezes, sem a tomada de consciência pelo fato de estarem já inseridas no meio acadêmico, permitindo ao sujeito portador da memória agir quando necessário sem que se pergunte como deve fazer, pois já é existente a herdada lembrança de alto nível que é “essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento” (CANDAU, 2012, p. 23) dos grandes feitos de outras mulheres e influenciará diretamente nas ações das futuras gerações de alunas dentro e fora da universidade, sem que elas percebam a grandiosidade da memória histórica que carregam, decorrente disso, formando uma representação individual da sua própria memória e do conhecimento adquirido através da mesma, definindo o que Candau (2012, p. 23) chama de metamemória “memória ostensiva e reivindicada”, estando ambas correlacionadas.

---

<sup>19</sup> Trecho retirado da entrevista com a Profa. Simone Fleischmann quando questionada a respeito da sua contribuição para a melhoria do equilíbrio entre homens e mulheres na instituição.

<sup>20</sup> Passagem da entrevista com a Profa. Claudia Lima Marques quando questionada sobre a mudança em relação à quantidade de homens e mulheres no quadro docente.

<sup>21</sup> Fragmento da fala da Profa. Simone Fleischmann, na qual responde o mesmo questionamento que Profa. Claudia Lima Marques.

Pensando justamente nessa ideia de memória histórica, memória coletiva e individual e em uma conservação de passado no presente, Halbwachs (1990, p. 86-88) expõe que:

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre um conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro de uma região desse conjunto, alguma reprodução de reproduza. Ora, uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar, aqui ou lá, uma nova mudança.

Deste modo, fazendo uma analogia entre “um conjunto” já citado por Halbwachs e as mulheres dentro da Faculdade de Direito da UFRGS, percebeu-se que com o passar do tempo seja ele Universal “que se estende a todos os acontecimentos que se realizaram em todos os lugares do mundo” (HALBWACHS, 1968, p. 79) ou Histórico “como se houvesse vários, e talvez designemos desse modo períodos sucessivos, mais ou menos distantes do presente.” (HALBWACHS, 1968, p. 80) as mudanças acarretadas ficaram evidentes, pelo maior envolvimento de mulheres na academia, segundo as entrevistas, nas quais ficou explícita a participação crescente, com o passar dos anos, de mulheres, servindo de exemplo para as gerações futuras de alunas do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### 8.3 PROFISSÕES “TÍPICAMENTE FEMININAS” VINCULADAS A AFAZERES DOMÉSTICOS

*Vejo também uma mudança, uma mudança social.*

TULA WESENDONCK

No Brasil, desde o final do século XIX, as mulheres estão em uma luta constante em busca de seus direitos civis, políticos e sociais. Apesar de já terem conquistado um espaço considerável em muitas áreas do mercado de trabalho, existe, ainda, no que diz respeito à desigualdade de gênero uma discrepância entre os sexos (NOHARA, 2018). Além do mais, por ser mulher, e carregar consigo as funções

domésticas e maternas, acaba por ter um acúmulo de funções, acarretando uma possível sobrecarga.<sup>22</sup>

A professora Dra. Simone Fleischmann aborda essa temática quando aponta:

Também percebo de que realmente as mulheres foram se colocando no mercado de trabalho por uma necessidade, sai do ambiente doméstico por uma necessidade de sustento. Então, a gente sai do paradigma de produção, em que a mulher fica no doméstico, entra no paradigma de consumo e a mulher precisa entrar no mercado de trabalho. Então as funções que a mulher vai assumindo, são extensões das funções do lar, ou ela vai ser enfermeira, ou ela vai ser professora ou vai ser cuidadora de crianças.<sup>23</sup>

Por conseguinte, essa relação estabelecida entre mulher e cuidados, acaba, talvez, por diminuir ou atrasar o ingresso de mulheres no curso de Direito da UFRGS, sendo o foco de muitas as áreas da saúde, artes e licenciatura. Candau (2012, p. 10) traz, nesse sentido, o desaparecimento de referências e a diluição de identidades: “a busca memorial é então considerada como uma resposta às identidades sofredoras e frágeis que permitiria ‘apoiar um futuro incerto em um passado reconhecível.’” Assim sendo, acabaram por seguir carreiras que já tinham algum conhecimento prévio, ao invés de adentrar em cargos de chefia e coordenação que antes eram somente ocupados por homens, sendo esses cargos uma herança patriarcal de uma sociedade dominada por homens.

Há ainda uma relação social de sexo que privilegia a divisão social do trabalho que é apontado pela socióloga francesa Danièle Kergoat (2003, p. 55) que diz:

as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa, divisão sexual do trabalho.

---

<sup>22</sup> Para maiores informações a respeito da desigualdade na carga de trabalho, ver Relatório das Desigualdades de Gênero e Raça elaborado pelo IPEA, disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/index.html>>.

<sup>23</sup> Excerto esse apontado por Profa. Simone Fleischmann, em que faz uma relação entre paradigmas de consumo e produção feminina, explicando, em sua análise pessoal, a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Para Kergoat (2003, p. 56) define a divisão sexual do trabalho como a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo utilizando de dois princípios, da separação e da hierarquização:

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço.

Por isso, se diz, na concepção de Kergoat que a mulher é vista de uma esfera reprodutiva e o homem de esfera produtiva, explicando, de certa forma, a identidade social individual do sujeito, que ao longo da história e das memórias coletivas formadas, desenvolve-se a partir do contexto sociocultural em que está inserido.

Logo, como a memória coletiva formada está ainda impregnada de tais pensamentos, os quais consideram as mulheres apenas seres em visão reprodutiva/biológica, a partir da memória individual que resgata a sua identidade, sempre em relação ao passado conforme por elas enxergado, entendeu-se assim que as profissões que foram sendo ocupadas por mulheres foram aquelas que tinham um elo com essa memória coletiva de “mulher dona de casa”, portanto relacionando-se com aspectos domésticos, de cuidado ou de beleza, por exemplo.

Contudo, pode-se ver clara união entre os elementos trazidos anteriormente sobre as docentes entrevistadas terem tido mulheres-referência e terem se tornado mulheres-referência para as novas alunas que ingressam no ensino superior, para, após concluído, ingressar no mercado de trabalho e iniciarem suas trajetórias profissionais, sem tal estigma de profissão ser rotulada como de homem ou de mulher.

#### 8.4 AUTOCONCEITUAÇÃO PELA MEMÓRIA ORGULHOSA

*Elas são diferenciadas, também sou uma delas.*  
CLAUDIA LIMA MARQUES

As entrevistas realizadas com as mulheres que compõem a pesquisa<sup>24</sup> salientaram fortemente a exaltação de si que é, de um modo igual, uma forma de

---

<sup>24</sup> Como se pode observar das falas da Profa. Claudia Lima Marques: “Estou acostumada a ser a primeira”; “sempre tive facilidade e boas notas”, da Profa. Sulamita Terezinha Santos Cabral.

buscar ser referência, de resgatar a memória do passado (por exemplo, os excelentes desempenhos acadêmicos e as boas classificações em concursos importantes em que a concorrência entre os candidatos foi significativa) para trazer ao presente por meio da sua identidade, ou seja, se auto conceituar e se afirmar perante um ambiente predominantemente masculino, podendo ser este um dos motivos pelos quais se tornam referências de mulheres em relação a trajetória profissional.

Dado isso, a metamemória, que é a representação que cada indivíduo faz de sua memória, do conhecimento que tem dela, os quais remetem ao 'modo de afiliação de um indivíduo a seu passado.' Compatibilizando assim, a pesquisa com Candau, quando ele cita Auguste Comte (CANDAU, 2012, p.147):

Comte concede um lugar importante à "glorificação do passado" e, a esse título, apresenta os méritos da comemoração, "sobretudo destinada a desenvolver profundamente, entre a geração atual, o espírito histórico e o sentimento de continuidade.

Como demonstrou Halbwachs (CANDAU, 2012, p. 100):

[..] o trabalho de produção de um campo do memorável será mais fortalecido quando encontrar o eco naquilo que ele denomina de pensamento coletivo que é, de fato, um certo grau de convergência entre as representações que cada indivíduo mantém ou se esforça em compartilhar com outros membros do grupo.

Por fim, o que se pode inferir da conjugação das três abordagens – uma dada pelas entrevistas, outra por Candau e a terceira por Halbwachs – é que existe uma seleção de memórias individuais que tendem a salientar aspectos positivos com relação a seu passado, no início das trajetórias profissionais, ou mesmo antes, quando ainda na graduação ou no magistérios. Como bem apontou Candau (2012), essa glorificação do passado especificamente nesses meios citados, tem o condão de empoderar essas mulheres em ambientes ditos tipicamente masculinos para que se tornem, inclusive, referências para outras mulheres e, assim, dando o aspecto de continuidade propugnada pelo autor.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é intrínseca à construção da identidade. A partir dela, experiências e vivências são armazenadas para que o elo do passado seja forte o suficiente para construir o futuro: isso que vimos nesta pesquisa – diversas foram as memórias levantadas por meio das entrevistas que revelaram aspectos memoriais que influenciaram no elo futuro, ou seja, no desenvolver da trajetória profissional das professoras mulheres da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Interessante foi observar que os discursos, embora ouvidos de forma individual, revelaram uma conexão entre eles, qual seja, que os fatos vividos pela primeira professora entrevistada na nossa delimitação temporal se repetiu nas outras entrevistas, mudando as personagens, mas revelando uma certa constância nas memórias, como, por exemplo, serem todas vítimas de certo preconceito por serem muito novas na carreira de docência, apesar de muito competentes, pois todas obtiveram boas notas no que se propuseram a fazer.

A partir da análise atenta das entrevistas, pudemos notar pontos de intersecção, os quais, dentro de nossa interpretação, foram selecionados para análise a memória de si orgulhosa, poder as mulheres do passado e do presente se tornarem referências também para mulheres do futuro, a influência da infância na escolha da trajetória profissional e a constatação de profissões “tipicamente femininas” foram os pontos escolhidos para aprofundamento.

Conclui-se que há diversos aspectos que contribuíram para a trajetória profissional das mulheres docentes da Faculdade de Direito da UFRGS, revelando a importância da narrativa pessoal de tais mulheres como meio idôneo não só de aprofundar esta pesquisa, mas para (e principalmente) ouvi-las e ouvir suas histórias, percebendo que o passado e o futuro são unidos pelo presente e que o quadro de discursos se repete através dos tempos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL; ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA. 4.; 3.; Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2016. Disponível em: <http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacristinasantosedoliveiraalves.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o Conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BERNARD, Zilá; KAYSER, Patrícia. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2 ed. rev. amp. Canoas: Unilasalle, 2017.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- COSTA, Camila; TOMBESI, Cecília. Dia Internacional da Mulher: 6 gráficos que mostram como as mulheres avançaram (ou não) na América Latina. **BBC News Brasil**, 8 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- GOMES, Maria Cristina; OLIVEIRA, Andreza Alves de; ALCARÁ, Adriana Rosecler. entrevista: um relato de aplicação da técnica. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 6., 2016, Londrina. **Anais...** Londrina: SECIN, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/359/175>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice/Revista dos Tribunais, 1968.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, set. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512018000300331&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000300331&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: TEIXEIRA, Marilane, et al; (Org). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2003.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amelia; OMOTE; Sadao (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/entrevista-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

MENDES, Betânia Gusmão. A mulher e o direito: as relações de gênero nas carreiras jurídicas. **Jus.com.br**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45524/a-mulher-e-o-direito-as-relacoes-de-genero-nas-carreiras-juridicas>. Acesso em: 12 out. 2017.

NOHARA, Irene. **Presença Feminina no Direito e Importância da Conscientização do tratamento desigual dado à mulher na área Jurídica**. 06 set. 2018. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/blog/presenca-feminina-no-direito-e-importancia-da-conscientizacao.html>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

OST, Stelamaris. Mulher e mercado de trabalho. **Revista âmbito jurídico**, ano 12, n. 64, maio 2009. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_caderno&revista\\_caderno=25&pagina=33\\_77](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_caderno&revista_caderno=25&pagina=33_77). Acesso em: 15 dez. 2017.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino; TAVIRA, Larissa Vasques. Memória, narrativa e identidade profissional: analisando memoriais docentes. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 32, n. 88, p. 263-283, set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v32n88/a02v32n88.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, Paraíba, v. 16, n. 1, p. 91-117, 2014.

TONATO, Dalva Carmem. Jurisperitas entre passado, presente e futuro. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, Ana Laura Ramires; MÜLLER, Anita (Org.). **Jurisperita**: o feminino no direito. Academia e Carreiras Jurídicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 13-34.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.